



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA - EDTM
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA - DEMUL

Cristileine Aparecida André de Souza

**RECUROS MINERAIS, PATRIMÔNIO CULTURAL E AS COMUNIDADES:
Uma reflexão museológica sobre os impactos do mineroduto Minas-Rio em
Conceição do Mato Dentro**

Ouro Preto, MG

2024

CRISTILEINE APARECIDA ANDRÉ DE SOUZA

**RECUROS MINERAIS, PATRIMÔNIO CULTURAL E AS COMUNIDADES:
Uma reflexão museológica sobre os impactos do mineroduto Minas-Rio em
Conceição do Mato Dentro**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Museologia da Escola de Direito,
Turismo e Museologia da Universidade Federal de Ouro
Preto, como pré-requisito para obtenção do título de
Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marcia Maria Arcuri Suñer

Ouro Preto, MG
2024



FOLHA DE APROVAÇÃO

Cristileine Aparecida Andre de Souza

Mineração, patrimônio e ambiente: o desafio da interculturalidade e os conflitos de interesse

Monografia apresentada ao Curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel de Museologia.

Aprovada em 26 de fevereiro de 2024.

Membros da banca

Prof.ª. Dra. Marcia Maria Arcuri Suñer - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof.ª. Dra. - Yara Mattos (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Célio Macedo Alves (Universidade Federal de Ouro Preto)

Marcia Maria Arcuri Suñer, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 28/03/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Arcuri Suner, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 29/05/2025, às 20:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0919806** e o código CRC **89E85892**.

AGRADECIMENTOS

A Deus, agradeço por ser meu guia, meu refúgio e minha fonte de fé e amor incondicional.

À minha querida mãe, Maria Cristina, expresso minha sincera gratidão por sua bondade, força, amor e proteção ao longo de toda minha vida. Seu esforço incansável contribuiu significativamente para a realização deste sonho.

Ao meu pai, José Aparecido, agradeço pelos sábios conselhos e pelo apoio constante durante toda a minha trajetória. Obrigada por ser o melhor pai que eu poderia ter.

Às minhas irmãs, Crislaine, Cristiane e Elencrys, meu profundo agradecimento por serem meu apoio, meu abraço e minha calma ao longo dessa jornada.

Ao meu amor, Marcos, agradeço por sempre oferecer palavras de consolo e incentivo, e por nunca me deixar desistir. Sou grata por tê-lo ao meu lado.

À minha avó, tios(as) e primos(as), expresso minha gratidão por acreditarem no meu potencial e por seu constante apoio. Em especial, a minha tia Elza, agradeço pelo apoio ofertado sempre.

Ao professor Carlos Alberto Pereira, agradeço pelas oportunidades concedidas ao longo do curso.

A professora e orientadora Marcia Arcuri, por toda paciência e apoio durante o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Memorial Theodoro de Souza, minha sincera gratidão pela valiosa contribuição ao meu crescimento pessoal e profissional.

Por fim, quero agradecer a mim mesma por não desistir, por persistir diante dos desafios e por nunca deixar de acreditar em minha capacidade de concluir este trabalho.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso propõe uma reflexão a respeito da relação entre a mineração, o patrimônio ambiental, natural e cultural e comunidades, tendo como principal recorte o caso de Conceição do Mato Dentro e o empreendimento minerário Minas-Rio. Pretende-se fazer uma análise acerca das relações conflituosas entre as os moradores do município e a empresa Anglo American, proprietária do Minas-Rio. O trabalho busca destacar como a Museologia, especialmente a ecomuseologia e a museologia comunitária, pode atuar nesses ambientes tensos como uma ferramenta de apoio e voz aos moradores, na proteção do seu patrimônio ambiental e cultural. A falta de diálogo, informação e inclusão nas tomadas de decisões por parte das empresas intensificam ainda mais os conflitos, resultando na perda de identidade das populações afetadas. O estudo destaca a urgência de práticas mineradoras responsáveis, regulamentações rigorosas e uma conexão efetiva com as comunidades, propondo a criação de um ecomuseu/museu comunitário, trazendo como exemplo o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, como uma estratégia vital para preservar e proteger o patrimônio e fortalecer a resistência em Conceição do Mato Dentro.

Palavras Chaves: Museologia Comunitária; Conflitos; Conceição do Mato Dentro; Patrimônio ambiental e cultural; Mineração.

ABSTRACT

This course conclusion work proposes a reflection on the relationship between mining, environmental, natural and cultural heritage and communities, with the main focus being the case of Conceição do Mato Dentro and the Minas-Rio mining enterprise. The aim is to analyze the conflicting relationships between the residents of the municipality and the company Anglo American, owner of Minas-Rio. The work seeks to highlight how Museology, especially ecomuseology and community museology, can act in these tense environments as a tool of support and voice for residents, in the protection of their environmental and cultural heritage. The lack of dialogue, information and inclusion in decision-making by companies further intensifies conflicts, resulting in the loss of identity of the affected populations. The study highlights the urgency of responsible mining practices, strict regulations and an effective connection with communities, proposing the creation of a community ecomuseum/museum, using the Serra de Ouro Preto Ecomuseum as an example, as a vital strategy to preserve and protect the heritage and strengthen resistance in Conceição do Mato Dentro.

Keywords: Community Museology; Conflicts; Conceição do Mato Dentro; Environmental and cultural heritage; Mining.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa dos conflitos Ambientais do Estado de Minas Gerais.....	15
Figura 2 – Mapa de localização com os municípios que entregam o quadrilátero ferífero	17
Figura 3 – Serra do Espinhaço	19
Figura 4 - Vista de Conceição do Mato Dentro	20
Figura 5 – Vista parcial de Conceição do Mato Dentro.....	23
Figura 6 – Serra da Ferrugem	26
Figura 7 – Mapa do projeto Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro.....	29
Figura 8 – Instalação do empreendimento Minas-Rio	32
Figura 9 – Peixes mortos em decorrência da contaminação das águas.....	33
Figura 10 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição	34
Figura 11 – Jubileu de Bom Jesus do Matozinhos	36
Figura 12 – Festividade em honra a Nossa Senhora do Rosário	37
Figura 13 – Atualização do inventário de proteção do acervo de cultural	38
Figura 14 – Apresentação do grupo Marujada.....	40
Figura 15 – Reportagem sobre ameaças envolvendo o moradores e a empresa Anglo American	47
Figura 16 – Trafegos de veículos e degradação das vias públicas	48
Figura 17 – Reportagem sobre a violência em Conceição do Mato Dentro.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - entrevistas realizadas aos moradores acerca dos impactos positivos e negativos do empreendimento minerário.....	51
Tabela 2 - Perguntas dirigidas a Camila Pereira Costa Pereira e a Vanilda Claudia Costa de Paula Alves integrantes do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto.....	60

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ADA – Área Diretamente Afetada

AID – Área de Influência Direta

AII – Área de Influência Indireta

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CODEMA – Conselho municipal de Desenvolvimento Ambiental

CETEM – Centro de Tecnologia Central

CMD – Conceição do Mato Dentro

CODEMIG - Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

ICOM - Conselho Internacional de Museus

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IPAC – Inventário de Proteção do Acervo Cultural

LAPACOM - Laboratório de Pesquisa em Arqueologia, Patrimônio e Museologia Comunitária

LP - Licença Prévia

MNMAMQ – Monumento Municipal Arqueológico Morro da Queimada

MNSF – Monumento Natural Serra da Ferrugem

MST - Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil

MINOM – Movimento Internacional Para Uma Nova Museologia

PMOP - Prefeitura Municipal de Ouro Preto

PMCMD – Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro

PNMSP – Parque Municipal Salão de Pedras

PNMT – Parque Natural Municipal do Tabuleiro

PESI – Parque Estadual Serra do intendente

QFMG – Quadrilátero ferrífero de Minas Gerais

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SISEMA – Sistema Estadual de Meio Ambiente

TAC - Termo de Ajuste de Conduta

UFOP- Universidade Federal de Ouro Preto

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 AS ATIVIDADES DE MINERAÇÃO NA REGIÃO DAS MINAS GERAIS: 300 ANOS DE EXPLORAÇÕES, DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, OPORTUNIDADES E CONFLITOS.....	12
1.1 A corrida do ouro	19
1.2 o contexto regional do quadrilátero Ferrífero e a Serra do Espinhaço	20
1.3 A formação da vocação de Conceição do Mato Dentro.....	25
2 CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – O CASO MINAS – RIO	27
2.1 O município de Conceição do Mato Dentro	27
2.2 Recursos ambientais – As leis de proteção ambientais	28
2.2.1 O empreendimento Minas-Rio, suas implicações com as leis ambientais e seus efeitos no meio ambiente.....	
2.3 O Patrimônio Cultural de Conceição do Mato Dentro: o caso da interferência externa na manifestação cultural marujada	39
2.3.1 Marujada.....	44
2.4 A mudança da vocação em Conceição do Mato Dentro	47
2.5 A população Conceiçãoense e as consequências do empreendimento minerário Minas-Rio	50
3 COMO A MUSEOLOGIA E DEMAIS AÇÕES DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL APONTAM CAMINHOS PARA UM DESENVOLVIMENTO QUE INCLUA AS COMUNIDADES.....	59
3.1 Experiências comunitárias e institucionais: o caso do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, Minas Gerais.....	62
3.2 Estratégias e Instrumentos para a Resolução de Conflitos Ambientais e Culturais: O papel da museologia e das Leis de Proteção Ambiental e do Patrimônio Cultural nos Licenciamentos Ambientais.....	68
3.3 A MUSEOLOGIA DAS RELAÇÕES, O MEIO AMBIENTE E AS COMUNIDADES – O PAPEL DOS ECOMUSEUS	71

4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	74
	APÊNDICE.....	79

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como foco principal a relação entre mineração, patrimônio ambiental, cultural e natural e comunidades tendo como principal recorte o que aconteceu em Conceição do Mato Dentro, doravante CMD, com implantação do mineroduto Minas-Rio, pertencente ao Estado de Minas Gerais. Pretende-se levantar informações, por meio da revisão bibliográfica, acerca das estratégias planejadas e executadas pelas empresas e pelo governo para a preservação do patrimônio ambiental e cultural. Além disso, será apresentado debate a respeito dos direitos das comunidades e os desafios acerca das relações existentes entre as comunidades e as empresas mineradoras que se estabeleceram em territórios adjacentes, investigando a luta dos moradores na proteção e conservação dos seus bens materiais e imateriais.

A exploração de recursos minerais advém de muitos milênios atrás, dos tempos mais remotos da história da humanidade, desde o desenvolvimento das primeiras indústrias líticas ou das tecnologias metalúrgicas antigas. No mundo contemporâneo, a mineração permanece como um dos mais importantes e lucrativos setores do desenvolvimento social e econômico. Segundo Oliveira (2002), a ocupação territorial e a exploração de recursos naturais se tornaram instrumentos fundamentais para a vida da humanidade. No entanto, ao longo dos anos, a extração mineral se expandiu de forma desordenada, ocasionando desastres e conflitos socioambientais. À vista disso, ampliaram-se a preocupação em relação à preservação do meio ambiente, levando a criação de movimentos relacionados à política de proteção, como a Conferência das Nações Unidas, ocorrida em Estocolmo em junho de 1972, que manifesta o direito à preservação e melhoria do meio ambiente. (Barros et al. 2012, p. 156)

Reflexões e movimentos acerca da relação entre sociedade, patrimônio, meio ambiente e as demandas pelo desenvolvimento socioeconômico tornaram-se também um assunto discutido por diversos campos sociais, dentre eles a Museologia, onde o tema vem se tornando um campo cada vez mais de interesse para as análises e práticas museológicas. Com a consolidação da Nova Museologia na década de 1980, surgiram novas modalidades de museus; dentre eles destacamos os denominados museus comunitários e ecomuseus, que objetivam a preservação e

difusão dos patrimônios locais com o intuito de promover ações de fortalecimento territorial e desenvolvimento socioeconômico de comunidades que, em geral, se encontram em contextos de maior vulnerabilidade. Neste novo movimento, os museus passam a atuar em prol da sociedade e de seu desenvolvimento, se tornando um instrumento de comunicação e de reflexão social. Varine (1995, p.32), salienta que a museologia comunitária busca estimular a consciência do cidadão ao conhecimento de seus direitos acerca do patrimônio, seja ele material ou imaterial.

Os conflitos envolvendo a extração mineral estão presentes em diversas regiões do Brasil. Este estudo teve como foco o estado de Minas Gerais, por ser um dos estados com maior concentração de reservas minerais (Rezende, 2016, p.376) e, também, pelo histórico recente de conflitos e desastres socioambientais ocorridos na região. Além das tensões em torno do patrimônio natural, esses conflitos também estão relacionados às comunidades que habitam em territórios adjacentes à atividade mineradora. Grande parte das regiões de Minas Gerais possuíam outras atividades econômicas antes da expansão da mineração, como a agricultura e a pecuária, além de suas tradições, memória, identidade local e cultural. Com a intensificação da atividade minerária ao longo dos séculos XX e XXI, muitas das comunidades dos territórios tradicionais tiveram seus modos de vida impactados e transformados, culminando no sentimento de perda de pertencimento por parte dos moradores.

Neste sentido, a pesquisa proposta tem como objetivo não apenas identificar conflitos e interrelações entre os campos do patrimônio natural e cultural, empresas mineradoras e interesses das comunidades locais, mas também explorar como a museologia, especialmente a ecomuseologia e museologia comunitária, podem ajudar as comunidades locais a se expressarem em áreas ambientalmente tensas. O trabalho pretende examinar como a museologia pode transmitir valores culturais e sociais das comunidades locais que muitas vezes são privados de voz e apoio político. Além disso, a investigação busca demonstrar como a museologia pode atuar como mediadora em situações de conflitos territoriais, apoiando as comunidades na identificação, proteção e divulgação de suas tradições e patrimônios.

Em específico, o propósito deste estudo é investigar de que maneira a museologia de relações, a museologia integrada, a ecomuseologia e a museologia comunitária se relacionam com a temática ambiental (Sheiner, 2012; Davallon e Schielle, 1992; Mattos, 2005; Varine, 2005). Além disso, será analisado como essas abordagens utilizam ferramentas para incentivar e promover debates sobre a

relevância da preservação do meio ambiente para a sociedade contemporânea e para as próximas gerações.

Em relação a estrutura do trabalho, este está estruturado em torno de uma introdução, três capítulos e uma considerações finais.

No capítulo inicial, será realizada uma contextualização sobre a indústria mineradora no Estado de Minas Gerais. Nele, são delineadas as transformações econômicas, contribuições e oportunidades resultadas da exploração mineral, ao passo que se destaca os conflitos socioambientais resultantes de sua expansão desenfreada ao longo dos anos. Além disso, o capítulo serve como uma introdução ao surgimento de Conceição do Mato Dentro, narrando sua história desde os primeiros bandeirantes e aventureiros que a desbravaram em busca de pedras preciosas, traçando um panorama da gradual ocupação e desenvolvimento da região.

O segundo capítulo fará uma caracterização do município de Conceição do Mato Dentro, apresentando uma contextualização dos recursos ambientais, do patrimônio cultural e ambiental, bem como a comunidade local. Será abordado também o empreendimento minerário Minas – Rio, contextualizando-o e expondo os impactos decorrentes a sua instalação à população local e ao meio ambiente. Será analisado também a opinião dos moradores a respeito do empreendimento minerário e as manobras realizadas na legislação e as irregularidades ao longo do processo de licenciamento ambiental. Além disso, serão destacadas as potencialidades singulares da região, ao mesmo tempo em que serão discutidos os desafios envolvendo a atividade mineradora e seu impacto significativo na comunidade.

No terceiro capítulo, será abordado a relação entre o território, as comunidades, patrimônio cultural e ambiental e o papel da museologia e da ecomuseologia como uma ferramenta para promover a inclusão e o apoio das comunidades na tomada de decisões. Será explorado o conceito de ecomuseus e museus comunitários como vias potenciais para mitigar e mediar conflitos, destacando seu papel crucial na promoção da participação ativa das comunidades. Neste capítulo será proposto a criação de ecomuseu/ museu comunitário em Conceição do Mato Dentro, será apresentado como um exemplo representativo o ecomuseu da serra de Ouro Preto e algumas entrevistas realizadas a moradores e líderes comunitários, com o objetivo de demonstrar sua importância e significado na promoção da identidade local, na conservação do patrimônio ambiental e cultural e na promoção da participação ativa da comunidade nas tomadas de decisões. Nesse viés, será

abordado o instrumento utilizado pelos moradores nas relações conflituosas, bem como o papel da museologia e das leis de proteção ambiental nos licenciamentos ambientais, demonstrando as estratégias que podem ser realizadas na resolução dos conflitos ambientais e culturais.

Ao fim dos capítulos, o trabalho seguirá para as considerações finais onde será feita uma reflexão e compreensão a respeito da atividade mineradora, o patrimônio ambiental e cultural e as comunidades.

1 AS ATIVIDADES DE MINERAÇÃO NA REGIÃO DAS MINAS GERAIS: 300 ANOS DE EXPLORAÇÕES, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, OPORTUNIDADES E CONFLITOS

Segundo Araújo e Fernandes (2016, p.65), a história da mineração em Minas Gerais se estende ao longo dos mais de 300 anos de existência do estado, desde o início do século XVI, quando os bandeirantes deram início à busca por ouro e pedras preciosas. Entretanto, foi somente no final do século XVII, durante o período colonial do Brasil, que ocorreu a descoberta do ouro de aluvião em abundância. Segundo os mesmos autores, a extração crescente de ouro teve um impacto significativo na vida socioeconômica e política do território brasileiro, impulsionando mudanças relevantes.

Ainda conforme apresentado por Araújo e Fernandes (2016), a mineração contribuiu para a rápida integração territorial por meio do comércio interno, da ampliação de estradas e da criação de inúmeros trabalhos e ofícios. Além disso, a mineração provocou uma forte imigração por todo o território brasileiro, com destaque para o estado de Minas Gerais, onde a população aumentou de 300 mil habitantes para 3,3 milhões em apenas 10 anos.

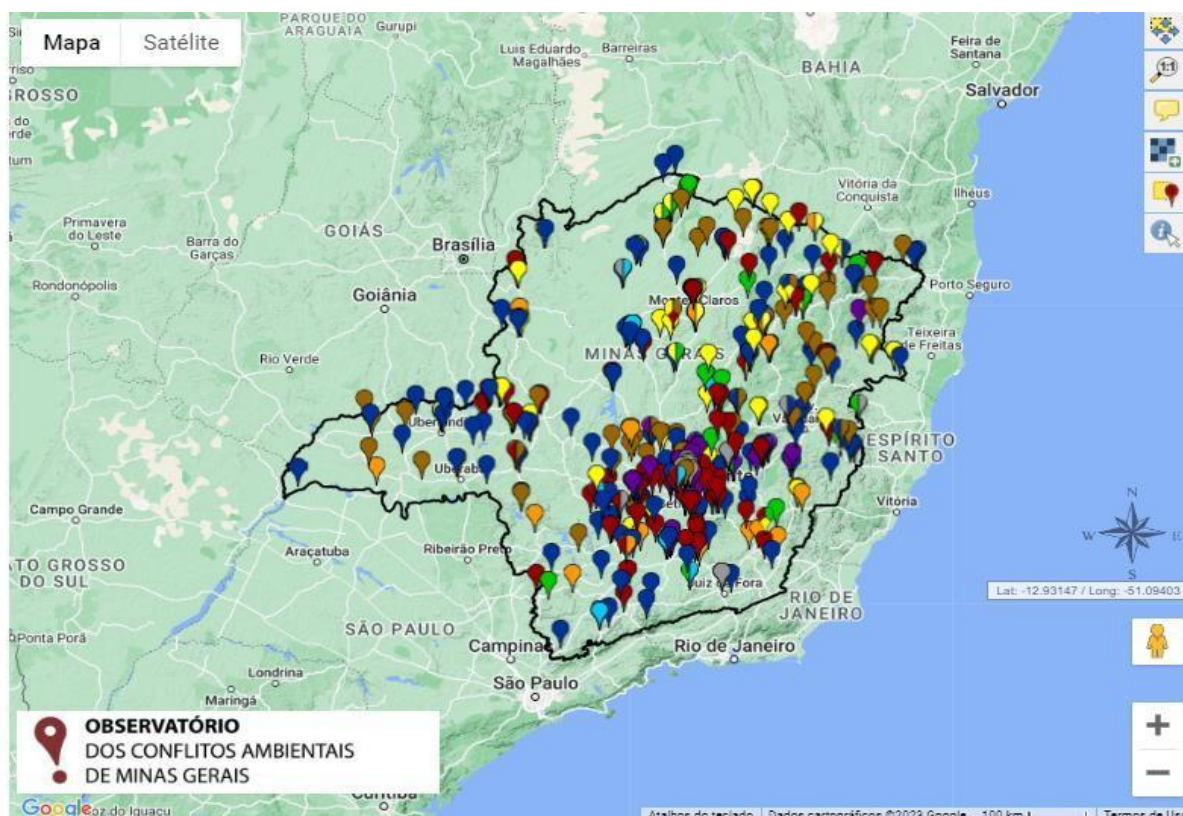
No mundo contemporâneo, a mineração permanece como um dos mais importantes setores do desenvolvimento social e econômico. O avanço tecnológico, aprimoramento da infraestrutura, transformações industriais, criação de oportunidades de trabalho e aumento da renda econômica são apenas alguns dos benefícios gerados por essa atividade. Segundo a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG), o estado de Minas Gerais é responsável pela extração de cerca de 300 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, sendo um importante setor para o desenvolvimento econômico e industrial, fornecendo matéria-prima para os setores primário, secundário e terciário da economia (Filho; Lucchesi, 2021). De acordo com o (Jornal Estado de Minas, 2020), no ano de 2020, a mineração representou 4% do Produto Interno brasileiro (PIB), sendo que no estado de Minas Gerais, esse valor foi ainda maior, chegando a 8% no PIB mineiro; o jornal ainda relata que aproximadamente 428 municípios do estado de Minas Gerais dependem economicamente do setor industrial mineral.

Embora a mineração tenha gerado imensuráveis ganhos para o desenvolvimento social e econômico, sua expansão, ao longo dos anos, ocorreu de forma desordenada. Visto que, o aumento do consumo de metais com a expansão da

globalização provocou numerosos conflitos socioambientais. De acordo com Araújo e Fernandes (2016, p.68), tais conflitos e danos socioambientais envolvem populações tradicionais e populações que residem em territórios adjacentes às instalações de megaprojetos de mineração. Tais conflitos podem ser causados por disputas relacionadas ao uso do solo, contaminação decorrente da extração de minérios e diferenças de interesses e valores.

Diversos casos de danos, conflitos e desastres relacionados à atividade mineradora foram registrados ao longo dos anos. Por conta disso, o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFMG) criou em 2007 o Observatório de Conflitos Ambientais do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de realizar um levantamento qualitativo dos conflitos ambientais ocorridos no estado. Isso permite a defesa dos direitos das comunidades afetadas e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade, democratização do acesso aos territórios e condições naturais para grupos politicamente e economicamente desfavorecidos (OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS AMBIENTAIS, 2017). O Observatório possui o Mapa dos Conflitos Ambientais (figura 01), que indica os casos identificados pela pesquisa. Neste estudo, será enfocado o conflito que envolve a cidade de (CMD) e a implementação do projeto Mineroduto Minas-Rio, bem como serão apresentados, no terceiro capítulo, alguns relatos de moradores da serra de Ouro Preto a respeito das questões ambientais e conflitos existentes envolvendo a indústria mineradora.

Figura 01 - Mapa dos conflitos Ambientais do Estado de Minas Gerais



Fonte: Observatório de Conflitos ambientais de Minas Gerais

No ano de 2020, o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração elaborou um mapa de conflitos para observar as violações no setor mineral. De acordo com os resultados, o Estado de Minas Gerais foi responsável pelo maior número de conflitos, representando 48,5% do total.

1.1 A CORRIDA DO OURO

“Não havia prata a esperar do futuro, mas, exatamente quando a Coroa estava perdendo a esperança de encontrar ricos depósitos naquela região (...), alguns paulistas venturosos encontraram ouro de aluvião em escala até então sem precedentes, e tiveram início as primeiras grandes corridas do ouro.” (BOXER, 1969)

De acordo com Rodoarte (1999), a corrida do ouro em Minas Gerais ocorreu entre os séculos XVII e XVIII quando os bandeirantes paulistas descobriram o metal precioso na região de Sabará. O evento histórico provocou um grande fluxo migratório para a região da Minas Gerais, gerando uma grande corrida por ouro e pedras preciosas.

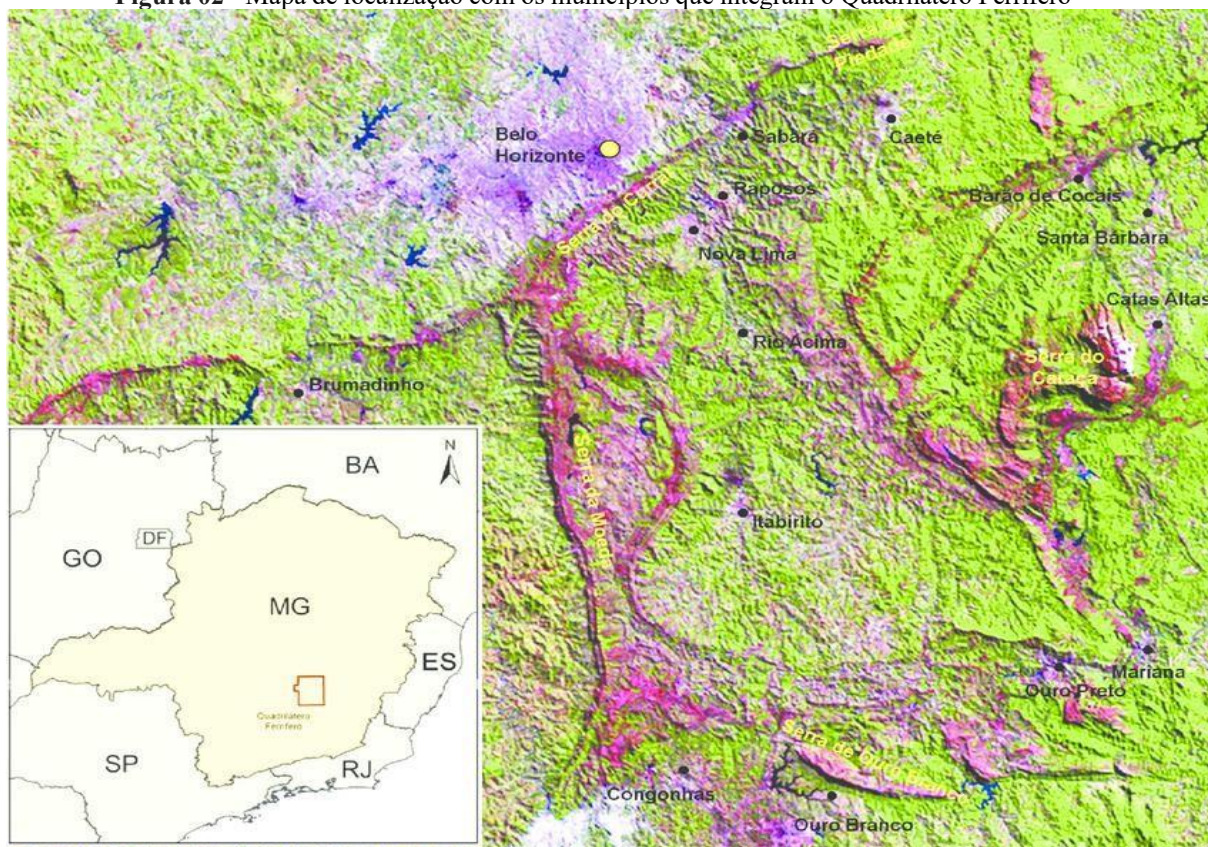
No Estado, a disputa pelo ouro deixou marcas duradouras na história do Brasil, ajudando a moldar a identidade cultural e econômica do país. Durante esse período, houve uma notável migração de pessoas de várias partes do país e do exterior em direção a Minas Gerais. Segundo Rodoarte (1999, p.15), o rápido e significativo crescimento populacional da região mineira tornou-a o polo econômico, cultural e político da colônia nos séculos XVIII e XIX. Esse crescimento desencadeou a urbanização da área, que começou com a construção de minas, igrejas, camaras municipais, órgãos de fiscalização e conjuntos habitacionais. Como resultado, nasceram vilas urbanas como Ouro Preto, Tiradentes, Diamantina, São João Del Rey e Mariana. Segundo Andrade (2010), a história de Conceição do Mato Dentro (CMD) também se insere nesse contexto.

Com a exaustão das minas de ouro e a queda na produção, o período do ciclo chegou ao fim, deixando um legado de riqueza, mas também de desigualdade social e exploração. Após essa recessão, a região de Minas Gerais também por uma transição para outras atividades, como agricultura e a pecuária, se transformou em um importante polo cultural para o país, com a emergência de movimentações artísticas notáveis, como o Barroco mineiro.

1.2 O CONTEXTO REGIONAL DO QUADRILÁTERO FERRÍFERO E A SERRA DO ESPINHAÇO

Desde o século XVIII, quando os portugueses começaram a explorar os recursos minerais do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais (QFMG), até os dias atuais, esta região tem mantido sua importância como uma das mais significativas da região. Segundo (Crespo, 2015), seis dos dez municípios com as maiores atividades de mineração do Brasil estão situados no QFMG (Figura 02).

Figura 02 - Mapa de localização com os municípios que integram o Quadrilátero Ferrífero



Fonte: Ruchkys e Machado, 2013

Em 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) levantou dados que indicam que a região conhecida como Quadrilátero Ferrífero, localizada no centro-sul de Minas Gerais, tem uma área de aproximadamente 7.000 km² e uma população estimada em 4.135.951 habitantes. Esse território engloba diversos municípios, como Barão de Cocais, Belo Horizonte, Belo Vale, Betim, Brumadinho, Caeté, Catas Altas, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Ibirité, Igarapé, Itabirito, Itabira Itatiaiuçu, Itaúna, Jeceaba, João Monlevade, Mariana, Mário Campos, Mateus Leme, Moeda, Nova Lima, Ouro Branco, Ouro Preto, Raposos, Rio Acima, Rio Manso, Rio Piracicaba, Sabará, Santa Bárbara, Santa Luzia, São Gonçalo do Rio Abaixo, São Joaquim de Bicas e Sarzedo.

Desde a corrida do ouro no século XVIII, a abundância de recursos naturais da região do Quadrilátero é reconhecida nacional e internacionalmente. No entanto, exploração e preservação ambiental estão cada vez mais em desacordo, segundo (Marent, Lamunier e Gontijo, 2011), em decorrência da crescente demanda por recursos naturais e da diminuição da disponibilidade de habitats naturais. Para

Cavalcanti (et al. 2019), os interesses econômicos têm prevalecido em detrimento da proteção e conservação ambiental. Embora existam unidades de conservação na região do Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais, essas ações são consideradas insuficientes para controlar os efeitos ambientais da atividade mineradora. Esses efeitos, segundo Roeser e Roeser (2010, p.37), incluem a erradicação de ecossistemas naturais, o envenenamento químico nocivo da terra e da água e a criação de depósitos significativos de resíduos em barragens que aumentam o perigo de catástrofes ambientais. Além disso, a poluição do ar e da água relacionada à mineração tem um impacto na saúde da comunidade. Outros efeitos sociais da mineração incluem a destruição das comunidades vizinhas, a perda de terras e a violação dos direitos das populações tradicionais. Comumente, as tensões entre a indústria de mineração em grande escala e as comunidades são originadas pela falta de inclusão das pessoas nas decisões, além das disparidades nos conhecimentos, interesses e valores.

Além destes, existem, ainda, populações para as quais os conflitos têm um componente de valores decorrentes de interesses e saberes divergentes sobre o que é desenvolvimento, a exemplo daqueles que envolvem áreas com grande patrimônio natural, produção tradicional ou extrativista agrícola, ou atividade turística. Em muitos desses territórios, a população pleiteia a preservação da natureza e a interrupção de atividades econômicas que colidem com suas práticas ancestrais e culturais, de ocupação e uso do território. Neste contexto, a atividade mineral tem sido, crescentemente, percebida como invasiva e ameaçadora à qualidade de vida. (Araújo e Fernandes, 2016, p.68)

Portanto, é essencial que a exploração dos recursos naturais seja realizada de maneira sustentável, respeitando os direitos das populações locais e minimizando os impactos negativos possíveis no meio ambiente, na saúde humana e no bem-estar da comunidade local.

Por sua vez, de acordo com Stávale (2012, p.45), a Serra do Espinhaço (figura 03) é uma cordilheira que se estende por cerca de 1.000 km, desde a região central de Minas Gerais até a Bahia, e é amplamente reconhecida como uma das áreas mais importantes para a conservação da biodiversidade no Brasil. Em 27 de junho de 2005, a UNESCO declarou a Serra do Espinhaço como a 7ª Reserva da Biosfera do Brasil. A região é conhecida por suas antigas formações geológicas e por possuir uma das faunas mais ricas e diversificadas do mundo.

Figura 03 – Serra do Espinhaço

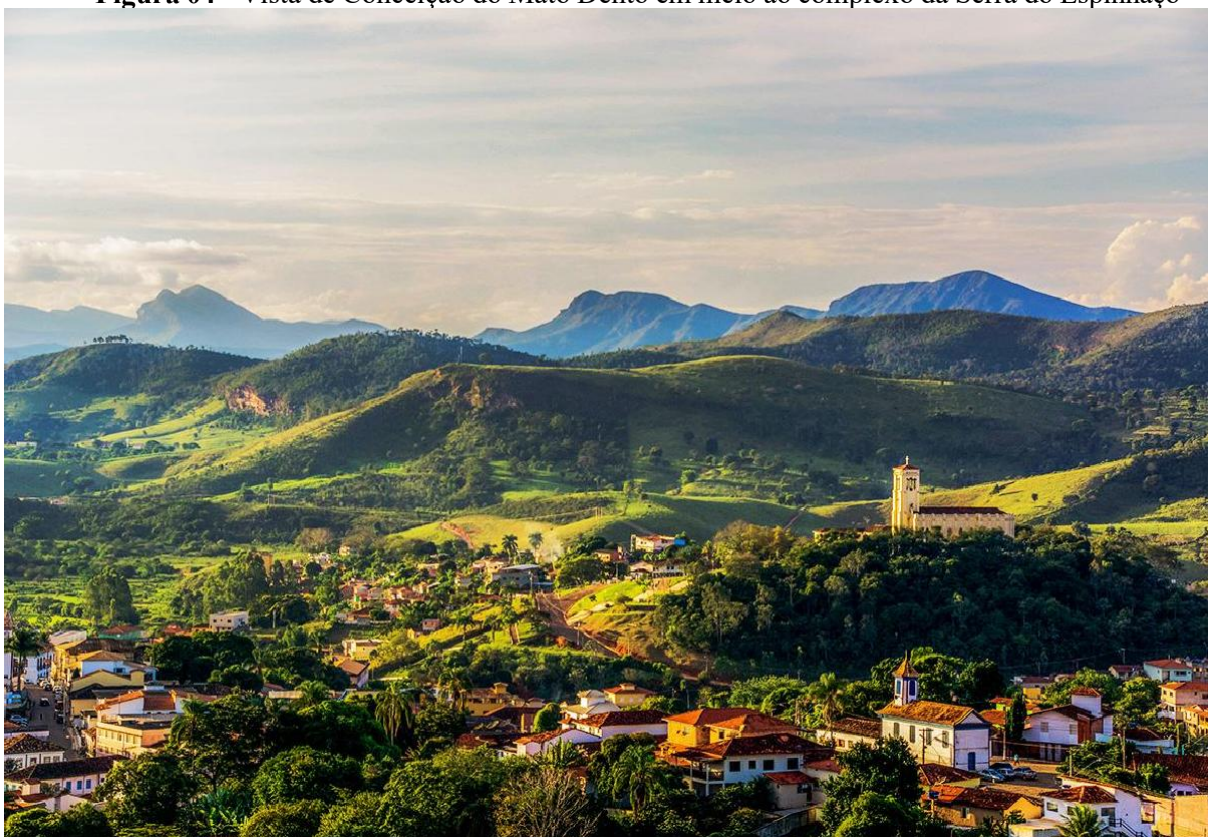


Fonte: Jornal Sudoeste, 2021

A história da Serra do Espinhaço, segundo o Jornal Sudoeste (2021), está estreitamente ligada à descoberta das primeiras jazidas de minério que deram início ao processo de colonização do estado de Minas Gerais. A descoberta ocorreu na cadeia de montanhas da SE, que abriga cidades com um dos mais amplos acervos de arte barroca do Brasil, como Ouro Preto. Portanto, é possível afirmar que a origem e a prosperidade do estado de Minas Gerais estão entrelaçadas com essa majestosa serra.

O município de Conceição do Mato Dentro (CMD) está localizado na região da Serra do Espinhaço (conforme mostrado na figura 04), que faz parte do Quadrilátero Ferrífero.

Figura 04 - Vista de Conceição do Mato Dentro em meio ao complexo da Serra do Espinhaço



Fonte: Turismo, cultural e Natureza em Minas Gerais. FELIX, 2021.

Embora Conceição do Mato Dentro ter suas raízes na produção de minério de ferro devido ao período colonial, o município é cercado por montanhas e oferece uma ampla diversidade de opções para o turismo ecológico. Tanto a região do Quadrilátero Ferrífero quanto a Serra do Espinhaço possuem uma significativa importância ambiental. A Serra do Espinhaço é uma área de extrema importância para a preservação ambiental e um valioso patrimônio cultural brasileiro, abrigando uma diversidade de espécies de fauna e flora, além de sítios históricos e arqueológicos.

Devido aos efeitos negativos da mineração no meio ambiente e na sociedade, Conceição do Mato Dentro e outras cidades do Quadrilátero Ferrífero têm sido alvo de debates devido aos impactos ambientais e sociais que a atividade causa. Alguns defendem que a mineração é fundamental para a economia regional e nacional, enquanto outros defendem que é preciso haver equilíbrio entre atividade econômica e preservação socioambiental. O desafio da gestão e do desenvolvimento da região consiste em conciliar a exploração sustentável dos recursos minerais do Quadrilátero Ferrífero com a preservação da biodiversidade da Serra do Espinhaço, e as localidades que os englobam.

1.3 A FORMAÇÃO DA VOCAÇÃO DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

Denominada Arraial da Freguesia Conceição no período colonial, o lugarejo inicialmente foi habitado por grupos indígenas botocudos, sendo gradualmente ocupado por bandeirantes e aventureiros em busca de minérios preciosos a partir do século XVIII. Ainda segundo Ferreira (2016, p. 29):

“Os exploradores partiam de Sabará em direção ao Serro Frio, atravessando o rio Cipó, ainda na bacia do rio São Francisco, e alcançando o íngreme maciço da Serra do Espinhaço. Já na bacia do rio Doce, eles chegavam a uma área de floresta atlântica densa e remota, conhecida como "mato dentro”.

De acordo com Correia (2020) o que os bandeirantes identificaram como "Mato Dentro" era denominado pelos indígenas em língua Tupi como Ca-eté:

Conceição do Mato Dentro está localizada em uma região que os indígenas se referiam como “Ca-eté” na língua tupi, que quer dizer mata verdadeira ou mata virgem, que os bandeirantes interpretaram como “Mato Dentro”, abrangendo toda vegetação que se estendia pela bacia do Rio Doce, local em que foram encontradas ricas minas de ouro, dando origem a outros arraiais que levam o mesmo topônimo: Catas Altas do Mato Dentro, Itambé do Mato Dentro, Santa Bárbara do Mato Dentro, Itabira do Mato Dentro. (Correia, 2020, p.43)

Vieria (2015), destaca que a história de CMD está estreitamente relacionada à corrida do ouro no século XVIII, tal como diversas outras cidades em Minas Gerais. Durante esse período, o bandeirante paulista Gabriel Ponce de Leon explorou a região em busca do metal precioso e o encontrou nas margens do córrego Cuiabá. Ele construiu a Capela de Nossa Senhora da Conceição em 8 de dezembro de 1702, dando início ao povoado. Segundo pesquisa realizada no site da prefeitura municipal de CMD¹, naquela época, quando uma área de exploração aurífera era descoberta, uma capela era construída para estabelecer um sinal de posse ou por forte sentimento religioso.

A notícia da descoberta de jazidas de ouro na região espalhou-se rapidamente, atraindo muitos aventureiros em busca de riquezas. Contudo, somente com a instituição da Capitania de Minas Gerais no século XVIII e o encorajamento da Coroa Portuguesa para a mineração na área é que a extração de ouro se intensificou

¹ Disponível em: <https://www.cmd.mg.gov.br/quando-tudo-comecou>. Acesso: jan. 2022.
e a vila de Conceição do Mato Dentro se formou, tendo seu nome em honra à padroeira local,

Nossa Senhora da Conceição. Com a chegada de novos exploradores, o povoado cresceu e se desenvolveu, tornando-se um importante centro de mineração de ouro.

À medida que as lavras foram sendo repartidas, os mineiros se estabeleceram e o arraial de Conceição cresceu rapidamente, com uma sociedade mineira típica, composta de negros cativos e forros, pobres mendigos, senhores de terra e de escravos, pequenos comerciantes, homens da burocracia administrativa, faiscadores, clérigos, artistas e profissionais liberais. Os viajantes europeus que passaram por lá, já no século XIX, comentaram que, pelo tipo das residências construídas no século anterior, “seus primeiros ocupantes gozavam de abundância. (DIAS, 1994, apud Ferreira, 2016, p.30)

Diante da pesquisa feita no site da prefeitura municipal de CMD ² a respeito da história da cidade, JOHN POHL, no século XIX, registra em seu livro de viagem pelo interior pelo Brasil, suas observações e impressões sobre a cidade durante o auge da corrida do ouro:

Este arraial, que está entre as maiores povoações da Capitania, distingue-se dos demais pela sua situação bela e salubre. A outrora abundante produção de ouro deu lugar à fundação deste, cujos grandes edifícios dão testemunho suficiente da antiga abundância dos habitantes[...]. (JHON POHL, apud site da prefeitura municipal de CMD)³

Conforme o site da prefeitura municipal de CMD³, em 23 de março de 1850, o município de Conceição do Mato Dentro foi elevado à categoria de vila com o nome de Conceição. Posteriormente, em outubro de 1851, a localidade foi elevada à categoria de cidade com o nome de Conceição do Serro. Em 31 de dezembro de 1943, por meio do decreto-lei nº 1058, ocorreu a mudança de denominação para Conceição do Mato Dentro. Segundo Ferreira (2016, p. 30), a localização do município nas rotas comerciais proporcionou uma diversificação econômica e integração com outros mercados, sendo que o arraial funcionou como um importante entreposto comercial.

² Disponível em: <https://www.cmd.mg.gov.br/quando-tudo-comecou>. Acesso: jan. 2022.

³ <https://www.cmd.mg.gov.br/quando-tudo-comecou>. Acesso: nov. 2022

2 CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – O CASO MINAS – RIO

Neste capítulo, será realizada a contextualização do município de Conceição do Mato Dentro, abordando seus recursos ambientais, patrimônio cultural e a comunidade local. Além de destacar as potencialidades da região, serão expostos os desafios envolvendo a atividade mineradora e seu impacto na comunidade.

2.1 O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

CMD, ilustrada na (Figura 05), está localizada na região central de Minas Gerais, no coração da Serra do Espinhaço, em uma área sob domínio da Reserva da Biosfera. O município fica a aproximadamente 168 km de distância de Belo Horizonte e, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população estimada no último censo realizado em 2021 foi de 17.438 habitantes com uma área territorial de 1720.040 km² e densidade demográfica 10.37 hab/km².

Figura 05 - Vista parcial de Conceição do Mato Dentro



Fonte: Carol Vieira, Jornal DeFato, 2020.

2.2 RECURSOS AMBIENTAIS – AS LEIS DE PROTEÇÃO AMBIENTAIS

De acordo com Ferreira (2016, p. 14), CMD encontra-se na Serra do Espinhaço, situada na fronteira entre as bacias hidrográficas dos rios São Francisco e Doce. O território é de grande importância devido às nascentes de afluentes notáveis, como o Rio Santo Antônio e o Rio Paraúna. Além disso, a região é caracterizada pela presença de dois biomas de extrema importância, o primeiro é a Mata Atlântica:

Este é um bioma de floresta tropical que abrange a costa leste, sudeste e sul do Brasil, as suas formações vegetais são extremamente heterogêneas, possuindo desde campos abertos em regiões montanhosas até florestas chuvosas mais perenes nas terras baixas do litoral. A fauna abriga variadíssimas espécies endêmicas. (Jácome, 2016. p.32)

Já o Cerrado é segundo bioma e de acordo com Jácome (2016, p.32):

Trata-se de um tipo de Savana que ocorre no Brasil. Pelo fato de ser cortado por três das maiores bacias hidrográficas da América do Sul tem índices pluviométricos regulares que lhe propiciam grande biodiversidade, embora menor que a Mata Atlântica. [...] Neste contexto de biomas é que a região é conhecida por seu valor paisagístico, bem como por seu patrimônio histórico-cultural e ambiental.

De acordo com Ferreira (2016), o território onde CMD está inserida faz parte da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE), sendo uma vasta área de preservação cujo objetivo principal é a conservação da biodiversidade e das expressões culturais dos povos da região. A RBSE, que abriga uma grande variedade de espécies vegetais e animais indígenas, é considerada um dos locais mais significativos para a conservação da biodiversidade no Brasil. A área também fornece uma quantidade significativa de recursos hídricos e abriga várias espécies ameaçadas de extinção. Os objetivos primários da reserva da biosfera, segundo Ferreira (2016, p. 14), são promover a pesquisa científica e a educação ambiental. A RBSE é responsável por quatro unidades de conservação de proteção integral no município de CMD, que englobam o Parque Natural Municipal Salão de Pedras (PNMSP), o Parque Natural Municipal do Tabuleiro (PNMT), o Parque Estadual Serra do Intendente (PESI) e o Monumento Natural Serra da Ferrugem (MNSF). Essas unidades evidenciam a importância ecológica e turística da região.

CMD, é amplamente conhecida por sua deslumbrante beleza natural e rica herança arquitetônica. Historicamente reconhecida como a "Capital Mineira do Ecoturismo", a atividade do ecoturismo é uma das principais fontes econômicas do

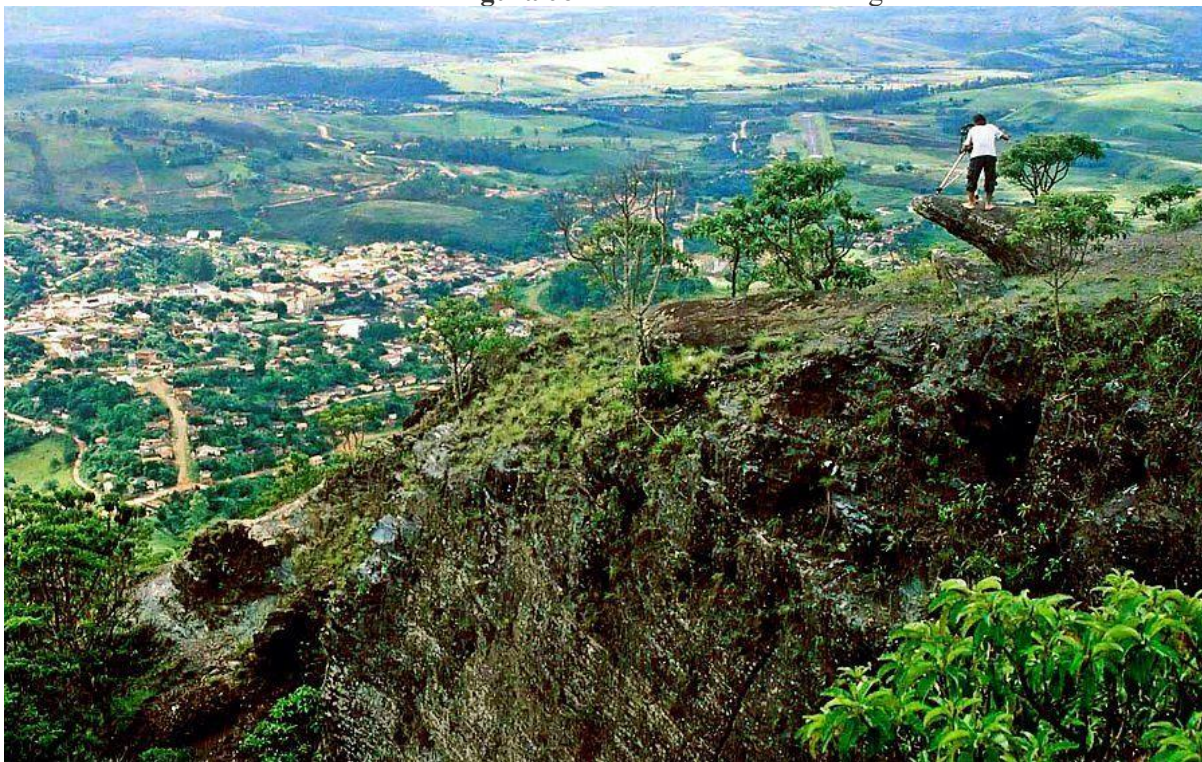
município. Segundo a pesquisa realizada no site da prefeitura municipal de CMD ⁴, a cidade apresenta uma ampla variedade de atrações naturais, destacando-se a Cachoeira do Tabuleiro, que é a maior de Minas Gerais e a terceira maior do Brasil, com imponentes 273 metros de altura e um impressionante paredão multicolorido. Outra atração é a Colina da Paz, que apresenta uma vegetação típica de campos de altitude, afloramentos rochosos e importantes sítios arqueológicos, como o Abrigo do Anjo, o Sítio da Pedra Polida e o Sítio da Colina. O Salão de Pedras, um dos principais atrativos da cidade, possui uma área total de 852 hectares, possuindo um grande significado ambiental e histórico-cultural, além de sítios arqueológicos e pinturas rupestres que datam de até cinco mil anos atrás. Por fim, o Cânion do Peixe Tolo, um ícone da cidade, abriga a segunda maior cachoeira da região e uma paisagem diversificada e atraente devido à sua vegetação e à grandiosidade do cânion.

Também conhecida como Mirante da Torre ou Mina da Torre, a Serra da Ferrugem (Figura 06), patrimônio histórico e cultural de CMD, tem a origem de seu nome em face a constituição mineral ferrosa. De acordo com o site da prefeitura de CMD, o conjunto arquitetônico é uma moldura da paisagem que abraça a cidade”. A Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro tombou a Serra da Ferrugem como patrimônio histórico-cultural por meio da Resolução nº 003/2004. Em 2007, o Mirante da Torre foi transformado em monumento natural pela Lei nº 1.903, de 15 de junho de 2007, que assegura, no artigo 2º, a proteção e preservação da cadeia de montanhas que formam a Serra da Ferrugem, composta por uma área de 867 hectares, bem como a zona de amortecimento, devido à sua importância social, cultural e beleza (Leis municipais; legislação municipal de CMD, 2007). ⁵

⁴ Disponível em: <https://turismo.cmd.mg.gov.br/>. Acesso: jan. 2022

⁵ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/1403/leis-de-conceicao-do-mato-dentro/>. Acesso: jan. 2022

Figura 06 – Mirante Serra da Ferrugem



Fonte: Instituto Estrada Real.

Na perspectiva do desenvolvimento, o turismo vinha tomando um papel de destaque para o desenvolvimento social e econômico de CMD. Conforme apresentado por Vieira (2015, p.49) a atividade turística na região era incentivada principalmente pela beleza natural e cênica, bem como pela inclusão de alguns municípios em três circuitos turísticos do estado de Minas Gerais: o Circuito dos Diamantes, da Serra do Cipó e da Estrada Real.

Com o objetivo de salvaguardar o vasto patrimônio natural, arqueológico, conjuntos urbanos, paisagísticos e arquitetônicos, bem como o patrimônio imaterial que constitui referências culturais importantes e atrações turísticas em Conceição do Mato Dentro, o município criou o Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental (CODEMA) em 27 de novembro de 2001, através da Lei Nº 1.665. Um dos princípios fundamentais desta lei é "estabelecer normas técnicas legais, procedimentos e ações para proteger, conservar, restaurar e melhorar a qualidade ambiental do município, em conformidade com a legislação federal, estadual e municipal aplicável" (CODEMA, 2001).⁶

⁶Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mg/c/conceicao-do-mato-dentro/lei-ordinaria/2001/167/1665/lei-ordinaria-n-1665-2001-da-nova-redacao-a-lei-de-criacao-do-conselho-municipal-de-desenvolvimento-ambiental-codema-e-da-outras-providencias>. Acesso: jan. 2022.

Foi adotada outra medida, que consistiu na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento (Lei Complementar 02/2003), com o objetivo de adequar as atividades industriais e de mineração às normas de preservação ambiental.

O Plano Diretor de Desenvolvimento, no Art. 191 apresenta:

Art. 191 – As ações de promoção da atividade industrial e de mineração deverão buscar a realização dos seguintes objetivos: [...]

III - Adequar as atividades industriais e de mineração às normas de preservação ambiental e às características ecológicas e históricas do Município, subordinando as atividades que causam impactos ao meio ambiente natural e urbano, em especial a atividade mineradora, a um rigoroso licenciamento ambiental, fiscalização, monitoramento constante e obrigatoriedade de preservação e recomposição dos ambientes por ventura afetados, com destaque para o retorno social das comunidades envolvidas. (Leis municipais; legislação municipal de CMD, 2003)⁷

De acordo com o que foi citado por Backer e Pereira (2011), o município implementou diversas outras medidas de proteção ambiental, tais como a consolidação de áreas de preservação ambiental, a instituição de unidades de conservação ambiental e tombamentos em níveis federal, estadual e municipal.

Segundo Lara (et al., 2016, p. 764), em 2006, um ano após a criação da Reserva da Biosfera pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o Governo de Minas Gerais e a MMX Mineração e Metálicos S.A assinaram um acordo para a implementação do projeto Minas-Rio no município de Conceição do Mato Dentro. Conforme mencionado por Becker (2011, p.238), o projeto emergiu durante um período histórico em que uma política ambiental conservacionista estava sendo solidificada no município, tendo o ecoturismo como atividade central para o desenvolvimento local. O autor também indica que a implementação desse empreendimento trouxe uma mudança significativa para a economia regional, resultando na diminuição da ênfase no turismo em Conceição do Mato Dentro.

Conforme observado por Vieira (2015, p. 49), a introdução do projeto Minas-Rio e a retomada da atividade mineradora na região contradizem a política de preservação ambiental e o enfoque no turismo adotados pelas autoridades governamentais locais. O autor destaca que o Minas-Rio exigiu várias alterações na legislação municipal, uma vez que anteriormente todo o patrimônio natural estava legalmente protegido.

⁷ Acesso: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-conceicao-do-mato-dentro-mg>

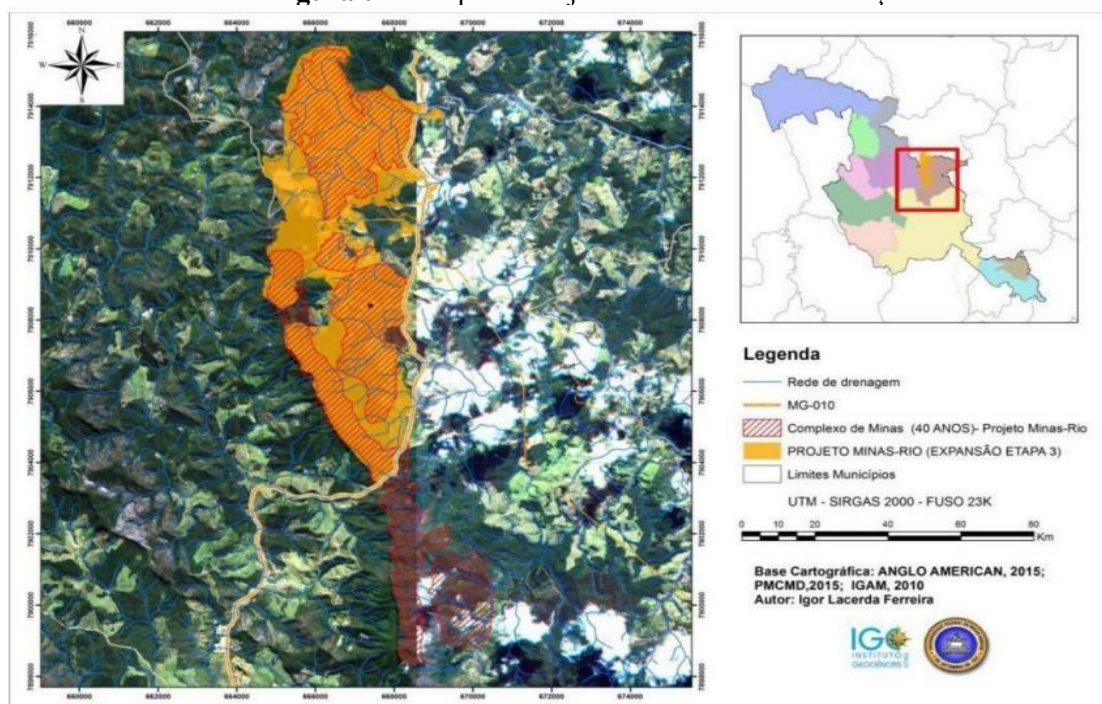
2.2.1 O empreendimento Minas-Rio, suas implicações com as leis ambientais e seus efeitos no meio ambiente

Em 2006, um ano depois da criação da RSBE como mencionado anteriormente, a MMX, empresa brasileira, iniciou o processo de licenciamento do projeto minerário Minas-Rio. De acordo com Torres (2014, p.13), a solicitação de licença ao IBAMA incluiu a construção do maior mineroduto do mundo, com extensão de 529 km.

Em 2008, a Anglo American, uma das maiores empresas de mineração do mundo, adquiriu o controle acionário do projeto Minas-Rio por 5,5 milhões de dólares, concedendo-lhe praticamente todo o direito sobre o projeto. De acordo o site da empresa Anglo American⁸, em 2014, ano que deu início a produção, o objetivo inicial era alcançar uma capacidade de produção de 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro, através da construção de uma mina e uma unidade de beneficiamento em Conceição do Mato Dentro (CMD) (figura 07). Ainda segundo a empresa, o mineroduto consistiria em uma tubulação que transportaria o minério de ferro extraído na mina em CMD até o terminal de minério de ferro em Porto Açu, no Rio de Janeiro.

⁸ Disponível em: <https://brasil.angloamerican.com/pt-pt/imprensa/noticias/year2014/07-01-2014>. Acesso: jan. 2022)

Figura 07 – Mapa do Projeto Minas Rio em Conceição do Mato Dentro



Fonte: Elaborado por Ferreira, 2016, p.53

Segundo (Vieira, 2015), desde sua concepção, o empreendimento Minas- Rio tem sido alvo de intensas críticas e conflitos que envolvem diferentes atores, como a empresa, comunidades atingidas, poder público, movimentos sociais e ambientais. Em relação a população Conceiçãoense, enquanto uma parcela apoiava o projeto argumentando que poderia trazer benefícios econômicos para a região, tais como a criação de empregos e a geração de receitas para o município, outros moradores, organizações sociais e ambientalistas opuseram-se ao projeto, alegando que poderia ter impactos negativos na qualidade de vida das comunidades locais, bem como na fauna, flora e recursos hídricos e patrimônio da região.

Em relação ao tema, Cetem (2012 pagina) declara:

Por um lado, a mineração promete aumentar substancialmente o caixa do município por meio do aumento da arrecadação de impostos e do pagamento de royalties. De outro, a preocupação com o meio ambiente e com o crescimento sustentado é crescente, já que a cidade está na Serra do Espinhaço, reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Reserva da Biosfera da Cordilheira do Espinhaço.

Segundo Pereira (alt., 2019, p. 14) o processo de licenciamento ambiental do empreendimento Minas-Rio foi fragmentado e são diversos os problemas de ordens legais e operacionais que estão relacionados aos impactos ambientais gerados pela atividade na região. Para Vieira (2015, p. 51), ao contrário do que se poderia imaginar, não foi a empresa responsável pelo projeto, a Anglo American, que precisou se adequar às leis estabelecidas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento local, mas sim a legislação municipal que foi ajustada para permitir a execução do projeto. Isso se deu em virtude do fato de que a Serra do Ferrugem, conforme estabelecido pela Lei Orgânica do Município de Conceição do Mato Dentro (Resolução nº003/2004), era tombada para fins de preservação e considerada um Monumento Natural.

A Lei Orgânica do município, por meio da Resolução 003/2004, menciona sobre a Serra do Ferrugem o seguinte:

Art. 172 - 8º- Ficam tombados para o fim de preservação e declarados monumentos naturais, paisagísticos e históricos, além dos tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico- IEPHA, e Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- SPHAN, na área do Município: **Serra da Ferrugem**, Pico da Conceição, Salão de Pedra, Colina da Paz, Gruta do Cuiabá, os Balneários da Água Quente, da Piraquara, do Sossego, do Padre Eloi, do Sumidouro, do Pocinho Azul, do Ginásio São Francisco, do Córrego do Baú, as Cachoeiras do Ribeirão, da Fumaça, do Cubas, do Mumbuca, as inscrições rupestres do Passa-Cinco, Cachoeira das Três Barras e Poço Pari; O Aeroporto Magalhães Pinto; As áreas de proteção dos mananciais[...] (Leis Municipais; Leis municipais de CMD) ⁹

O artigo 172 da Lei também prevê adicionalmente:

“9º- A exploração de recursos hídricos e minerais do município não poderá comprometer os patrimônios natural e cultural, sob pena de responsabilidade, na forma da lei.” (Leis Municipais; Leis municipais de CMD)

A manipulação da legislação municipal mencionada por Vieira (2015), com o objetivo de viabilizar o empreendimento na região, foi realizada por meio da aprovação da Lei Municipal nº 1.903/2007, que reduziu a área de preservação do

⁹ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-conceicao-do-mato-dentro-mg>; acesso: jun. 2022)

¹⁰ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-conceicao-do-mato-dentro-mg>; acesso: jun. 2022)

monumento da Serra da Ferrugem. Mais adiante, a Lei Municipal nº 1.916/2007 foi promulgada, efetuando mais uma alteração nos limites do tombamento da Serra.

Vieira (2015, p. 55), em sua pesquisa sobre o destombamento da Serra da Ferrugem, entrevistou alguns residentes do município. A autora identificou um dos entrevistados como ENTREVISTADO P, que afirmou: “A Serra da Ferrugem que era um patrimônio histórico tombado, tombado pelo patrimônio histórico, foi destombado pra minerar”. A autora também conduziu uma entrevista oral com Flávia Mariza Magalhães Costa, vereadora e presidente da Câmara Municipal de Conceição do Mato Dentro na época, para discutir as regulamentações municipais sobre mineração. Durante a conversa, a entrevistada afirmou:

[...] a Lei e o Plano Diretor, ele até nos garantia que nós não teríamos a mineração. [...] então nós tínhamos tombado a Serra da Ferrugem... pra nós, lá no Sapo, onde que eles estão minerando era Serra da Ferrugem, então, o gancho nosso era [...] isso. [...], mas você sabe aquela coisa das disposições finais, fica mantido aquilo, aquela... então o quê que eles fizeram...a convocação para a reunião, era para fazer o monumento natural da Serra da Ferrugem. Isso foi assim, foi um golpe mesmo. [...] se a gente pegar esse documento vocês podem ver. Nas disposições finais eles mudam o perímetro. [...], como a Serra da Ferrugem, a área tombada, era aquele trecho, entendeu? Foi um golpe. (Flávia Mariza Magalhães Costa, apud Vieira, 2015)

O processo de destombamento, sofrido pela Serra do Ferrugem, permitiu então que a mineração avançasse em CMD.

A seguir, são abordados os questionamentos relacionados ao empreendimento e ao processo de licenciamento, discutidos por Barcelos (2013):

Outros graves questionamentos ao empreendimento, ao processo de licenciamento, e ao EIA-RIMA foram levantados pelo Fórum CMD e Comissão Pastoral da Terra - CPT, entre os quais destacamos: a raridade dos ecossistemas de canga e a ocorrência de espécies de fauna e flora raras, endêmicas e/ou ainda não descritas pela ciência; a geração de grande quantidade de estéril e rejeitos, devido ao baixo teor do minério; comprometimento, em qualidade e quantidade, dos recursos hídricos regionais; a inconclusão dos estudos apresentados no EIA/RIMA acerca da hidrogeologia; delimitação incorreta da área de influência sobre cavidades; insuficiência dos levantamentos apresentados para a caracterização de todos os locais que sofreriam a instalação de estruturas associadas ao empreendimento; não apresentação de projeto de reassentamento de comunidades tradicionais afetadas; desconsideração, no cômputo dos impactos sobre a economia das famílias e comunidades afetadas, da produção voltada para o mercado (queijo, aguardente, farinha, doces, banana, milho, feijão, etc); desconsideração do impacto da perda/diminuição da água para a viabilidade econômica dos sítios rurais; desconhecimento, pelo SISEMA, das modalidades de ressarcimento adotadas nos processos de negociação de compra e venda de áreas demandadas pelo projeto minerário, já realizados pelo empreendedor; caráter genérico da proposta de

reestruturação das atividades econômicas afetadas pelo empreendimento; ausência/incompletude dos estudos relacionados ao afluxo populacional nos municípios da chamada Área de Influência Direta, entre outros (SISEMA, 2008). (Cidade e Alteridade apud Barcelos, 2013)

De acordo com Dias e Filho (2020, p. 12), o licenciamento ambiental do projeto Minas-Rio foi dividido em diferentes etapas e atribuído a instâncias municipais, estaduais e federais. O Governo do Estado de Minas Gerais concedeu a licença para a mina, o Governo Federal para o mineroduto, e o Governo do Estado do Rio de Janeiro para o Porto. Segundo Barcelos e Eduardo (2013, apud Dias e Filho, 2020), essa fragmentação teve como resultado o enfraquecimento da resistência e dos movimentos sociais contrários ao projeto, além da ocultação dos impactos cumulativos.

As modificações realizadas na legislação, segundo Dias e Filho (2020, p.15), evidenciam a fragilidade da institucionalidade democrática na região, promovendo a corrupção, desmantelando as sociedades e comunidades locais, além de degradar a natureza e os territórios onde essas populações residem. Um dos resultados dos conflitos originados por essa política são os custos decorrentes das relações complexas e conflituosas entre comunidades, empresas e o Estado.

A operação do empreendimento minerário Minas-Rio foi iniciada em dezembro de 2014, como pode ser observado na figura 08. De acordo com Verbete (2016), mesmo diante da crise hídrica que afetava o abastecimento de água e energia no país, o IBAMA concedeu a licença de operação à empresa. Em janeiro de 2018, a empresa Anglo American obteve permissão para expandir o projeto para a terceira fase. Conforme relatado no portal online da Anglo American em 28 de janeiro de 2018, a empresa recebeu as Licenças Prévia (LP) e de Instalação (LI) para a Etapa 3 do Sistema Minas-Rio. Com essa autorização, a mineradora planejava aumentar sua produção para 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro por ano.

Figura 08 – Instalação do empreendimento Minas-Rio



Fonte: Pedlowski, 2018

Em relação aos impactos ambientais resultante do empreendimento Minas- Rio, estes já eram previstos pelos órgãos ambientais. Segundo SISEMA (2018, apud Vieira, 2015) previa-se que o projeto causaria imensos danos aos aspectos naturais e bióticos da região, especialmente aos recursos hídricos, ao ecossistema local e a biodiversidade.

Dentre os efeitos ambientais relacionado ao empreendimento incluem a degradação dos mananciais e recursos hídricos, prejudicando a fauna aquática e resultando má qualidade da água; o desmatamento que afeta diretamente a fauna e flora resultando na perda de áreas florestais e na destruição de habitats naturais, resultando na perda da biodiversidade; poeira, que afeta a qualidade do ar na região; e mudanças na paisagem, alterando a estética e os valores culturais da região. De acordo com o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), em um dos estudos de casos realizados em 2016, a respeito dos impactos econômicos e ambientais do projeto, estima-se que o Minas-Rio consuma cerca de 2,5 milhões de litros de água por ano. Desde o início das obras de instalação, o empreendimento tem causado danos incalculáveis aos recursos hídricos, conforme apresentado pelo portal online do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST), 2018. Estes danos, segundo o MST, incluem a destruição e contaminação de cursos d'água, o esgotamento de nascentes e a escassez de abastecimento de água na região.

Segundo o documentário (“Conceição: guarde nos olhos”, 2014, apud Vieira, 2015), os impactos gerados na água culminaram na mortalidade de peixes (figura 09) e gados.

Figura 09 – peixes mortos em decorrência da contaminação das águas



Fonte: Documentário “Conceição Guarde nos Olhos IV”, 2014, apud Vieira, 2015.

Sobre os impactos providos pelo empreendimento minerário, Simões (2014) enfatiza que não foram desenvolvidos mecanismos capazes de assegurar a proteção do patrimônio natural, histórico e cultural de Conceição do Mato Dentro.

2.3 O PATRIMÔNIO CULTURAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO: O CASO DA INTERFERÊNCIA EXTERNA NA MANIFESTAÇÃO CULTURAL MARUJADA

As reflexões de Choay (2001, p.222) revelam que o conceito de patrimônio é complexo e evoluiu ao longo do tempo, abrangendo dimensões culturais, sociais e políticas. Segundo a autora, o patrimônio é uma construção simbólica e cultural com relevância na construção da memória coletiva, afirmação de identidades e transformação do espaço urbano. Para ela, o patrimônio é de grande importância para uma cidade, não se restringindo a edifícios e objetos históricos, mas representando uma construção simbólica de múltiplos papéis na vida das cidades e suas comunidades.

O patrimônio cultural de Conceição do Mato Dentro demonstra sua herança rica e diversificada, que reflete sua história, identidade e cultura local. Este, se tornou um elo vital entre o passado, presente e o futuro da cidade. Ele preserva a memória coletiva, promove a identidade local, impulsiona o turismo e fortalece os laços comunitários, desempenhando um papel fundamental na preservação da herança cultural e na promoção do enriquecimento cultural e social da região.

No que tange o patrimônio arquitetônico do município, este remonta ao século XVIII e é composto por construções seculares de valores históricos e culturais, incluindo a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição (figura 10) construída no século XVIII e considerada um marco da arquitetura colonial, com sua fachada no estilo barroco e seu interior ricamente adornado com talha dourada e imagens sacras.

Figura 10 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Site da prefeitura municipal de CMD, 2023

De acordo com o álbum Tesouros de Conceição da Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro ¹¹, o município abriga uma variedade de conjuntos arquitetônicos urbanos, incluindo o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, a Pousada Bandeirantes, a Casa do Teto Pintado e o Ginásio do Colégio São Francisco. Além disso, o patrimônio da cidade também é composto por várias capelas, como a Capela Nossa Senhora do Rosário que foi construída pelos escravos e pretos forros e inaugurada em 1730, a Capela de Sant'Ana e a Capela de São Judas Tadeu, bem como por casarões coloniais, como o Chalé da Família Lages, a Escola Municipal Daniel de Carvalho e o Cruzeiro da Força que apresentam características arquitetônicas seculares.

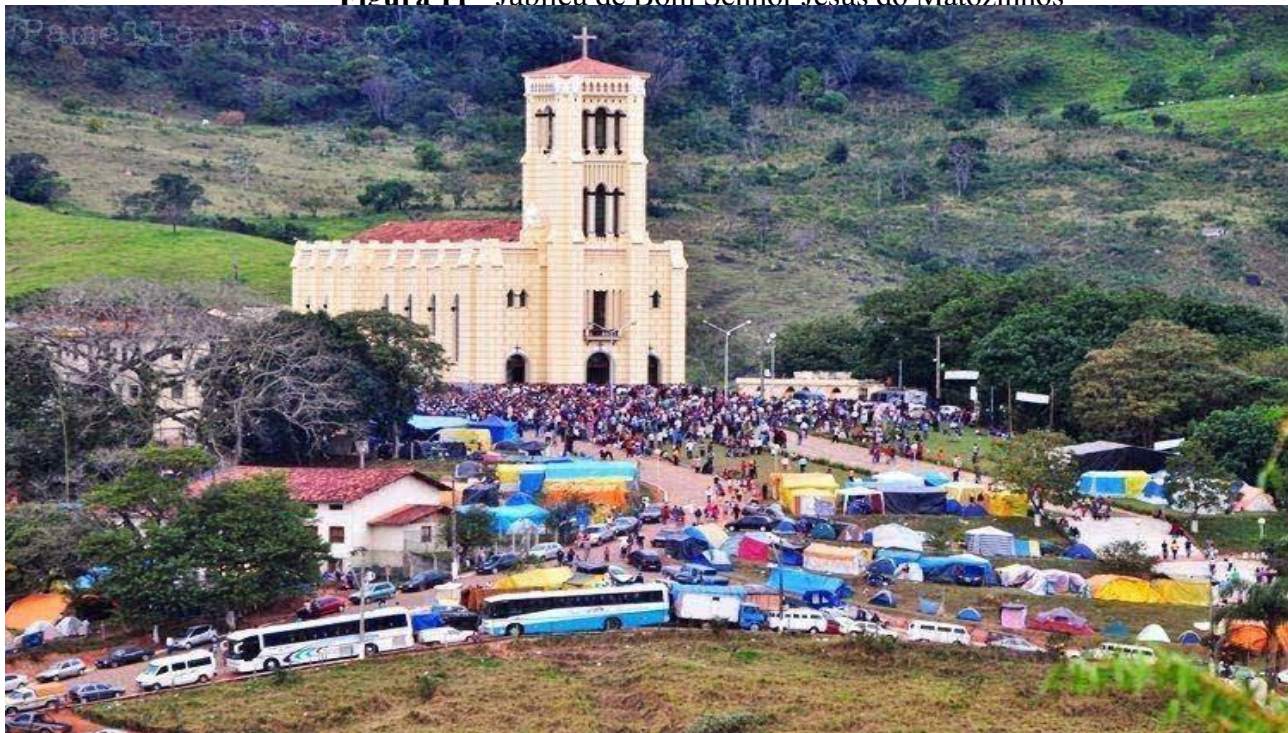
O município também possui diversas manifestações culturais tradicionais que refletem sua história e seu modo de vida. Algumas das tradições incluem, a Festa de Nossa Senhora da Conceição celebrada em 08 de dezembro e considerada uma das principais festividades religiosas do município, com procissões, novenas e missas.

¹¹Disponível em:

https://www.cmd.mg.gov.br/arquivos/Album_de_figurinhas_de_conceicao_do_mato_dentro_1010521 Acesso: jun. 2022

O Jubileu de Bom Senhor Jesus do Matozinhos (figura 11) realizada desde 1787 dentre os dias 13 a 24 de junho, onde milhares de romeiros com intensa movimentação de fé se reúnem na cidade, a PMCMD declara que embora a festividade tenha também uma conotação comercial e social decorrente do fluxo de romeiros e visitantes, seu propósito é a religiosidade.

Figura 11 - Jubileu de Bom Senhor Jesus do Matozinhos



Fonte: RIBEIRO, portal Minas Gerais.

A festividade em honra a Nossa Senhora do Rosário (figura 12), ocorrida anualmente no dia 1º de janeiro, também é uma tradição na cidade. Segundo o site da prefeitura municipal de CMD¹², a irmandade, sob a vocação de Nossa Senhora do Rosário, é a mais antiga do município, datada de 1723. A festa é composta por ornamentações em que as pessoas se vestem com roupas parecidas às utilizadas nos tempos em que a corte portuguesa se encontrava no Brasil, comidas típicas, músicas, danças e apresentações folclóricas com o congado, catopé, candomblé e a marujada. Sobre a tradição da festa, o portal online da prefeitura declara:

¹²Disponível em: <https://www.cmd.mg.gov.br/portal/paginas-dinamicas-categoria/3/manifestacoes-culturais-e-religiosas>. Acesso: jun. 2022

As festas do Rosário acontecem em Minas Gerais desde os primórdios do seu povoamento. É uma tradição mantida desde o tempo dos escravos que se compõe de cortejos, desfile de rei e rainha, bandas musicais e as danças dos grupos de marujadas que passam o dia a cantar e dançar pelas ruas da cidade. Durante o seu ciclo, acontece o chamado Reinado, que a cada ano é conduzido por um rei e uma rainha (eleitos no ano anterior) e sua corte. As guardas estão representadas nos diversos folguedos folclóricos que saem em cortejo pelas ruas da cidade. (Site da prefeitura municipal de CMD)¹³

Figura 12 - Festividade em honra a Nossa Senhora do Rosário



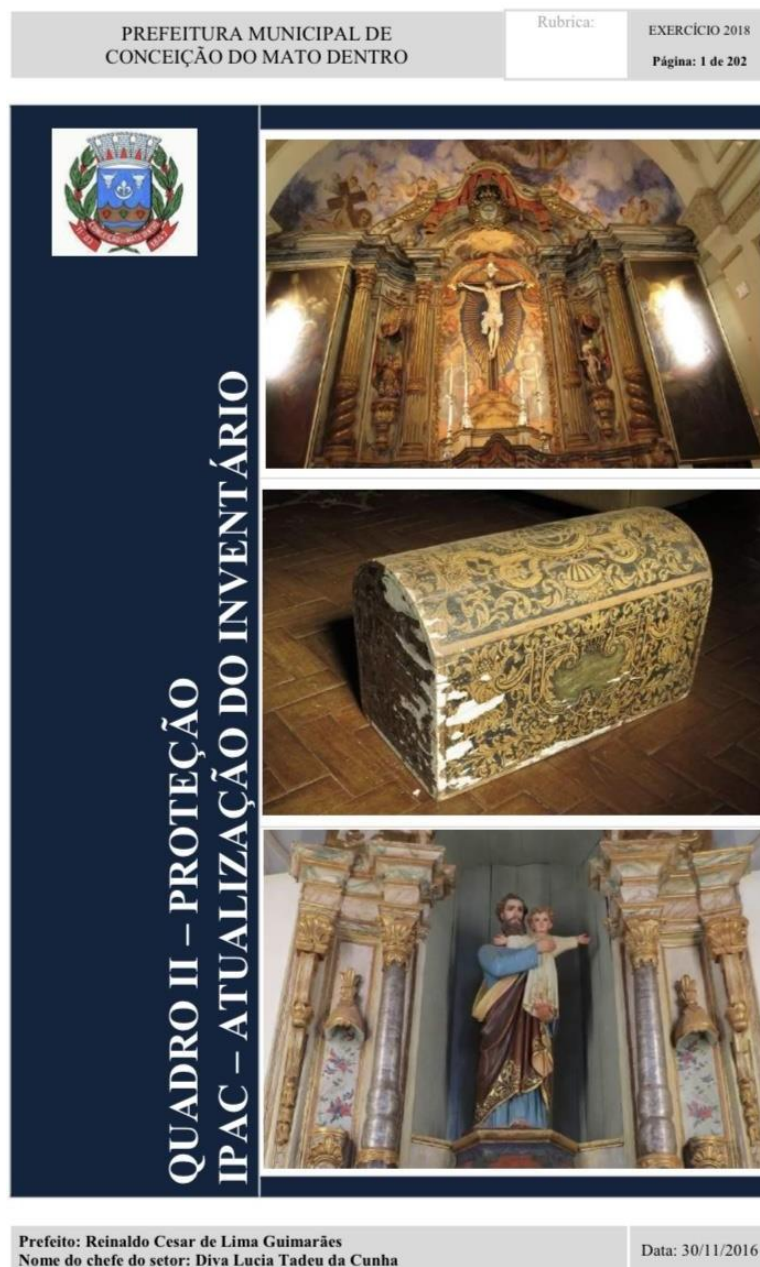
Fonte: Acervo online da prefeitura municipal de CMD, 2021.

Há diversos outros exemplos do patrimônio cultural, material e imaterial, que ajudam a consolidar a reputação de Conceição do Mato Dentro como uma cidade conhecida por sua herança cultural rica. Em 2016, a Secretaria de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro atualizou o "IPAC - Inventário de Proteção do Acervo Cultural" (figura 12) com o objetivo de preservar a herança cultural do município, que "distingue e identifica os diferentes grupos sociais do município, bem como promover ações

¹³ Disponível em: <https://www.cmd.mg.gov.br/festa-de-nossa-senhora-do-rosario-dos-pretos>. Acesso: jun. 2022

para a preservação do patrimônio ambiental e cultural." (Portal online da prefeitura municipal de CMD, 2018). O documento mantém um registro completo de todo o acervo da comunidade.

Figura 13 – atualização do Inventário de Proteção do Acervo Cultural



Fonte: Portal online prefeitura municipal de CMD, 2018.

É sabido que, além dos impactos e conflitos ambientais e naturais gerados pela mineração em Conceição do Mato Dentro, estes também podem envolver as dinâmicas socioculturais, podendo afetar diretamente a cultura do município como

será apresentado abaixo no caso da Marujada, considerada um patrimônio imaterial de CMD.

2.3.1 Marujada

A Marujada (figura 14), considerada um patrimônio imaterial de Conceição do Mato Dentro, é uma manifestação cultural que remonta ao período colonial brasileiro e ocorre anualmente na cidade. De acordo com a Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro (PMCMD), as danças dos marujeiros são de origem portuguesa e estão relacionadas com a vida dos marujos durante as suas viagens na época do descobrimento de novas terras, como o Brasil. Eles ganharam popularidade em Minas a partir do começo do século XVIII, devido à instalação dos portugueses, que estavam atraídos pelo descobrimento do ouro.

Figura 14 – Apresentação do grupo Marujada



Fonte: portal online da prefeitura municipal de CMD, 2021.

A manifestação cultural envolve a participação de diversos moradores e engloba danças, músicas e vestimentas tradicionais. São os marujeiros que realizam a festividade em honra a Nossa Senhora do Rosário em CMD e tal tradição cultural

desempenha um papel importante na transmissão de valores e tradições da identidade cultural do município. Segundo o portal online da prefeitura municipal de CMD, a Marujada é constituída por um grupo de 30 integrantes devotos, do sexo masculino, que expressam sua fé e cumprem funções específicas e de essencial importância para a realização da festividade de Nossa Senhora do Rosário.

A manifestação cultural é composta por um grupo majoritariamente afro descendente onde os marujeiros, tocadores de pífaros, ou pipiruí, como eram popularmente chamados, utilizam vestimentas em azul e branco, capacetes pontiagudos enfeitados de espelhos e fitas de várias cores, máscaras de bela fisionomia, moldadas em tela de arame. Gaeta (2013, p.22) descreve a manifestação cultural:

Todos cantam, dançam e tocam algum instrumento musical, seguindo todo o cortejo em duas filas paralelas, com exceção de três integrantes que, além de não estarem fixos nas filas, também não tocam instrumentos: À frente de todos os marujeiros e no centro, aquele que carrega o estandarte com a imagem de Nossa Senhora do Rosário; em meio ao grupo e com bastante mobilidade, o mestre da marujada, que guia os companheiros tanto na organização rítmica e na escolha das músicas quanto na organização do grupo, mantendo-os unidos; ao fundo, seguindo atrás de todos os membros, um integrante da marujada que dança girando e gesticulando com os braços, como se convidasse os espectadores a participar da tradição. Normalmente contam com a presença de dois tocadores de caixa, um sanfoneiro, um violeiro. Os outros integrantes tocam pandeiro. Na ordem das filas segue à frente o sanfoneiro e o violeiro, um de cada lado, seguidos pelos tocadores de caixa. Por último, os pandeiristas, que se intercalam entre adultos e crianças, sendo estes últimos chamados de calafatinhos.

Para o município de CMD, a Marujada é de extrema importância, pois desempenha um papel fundamental na preservação da memória coletiva e na transmissão de valores e conhecimento. São por meio das manifestações e movimentos culturais, como a Marujada, que são mantidos vivos os costumes, tradições e as histórias que fazem parte da cultura conceiçãoense. Além disso, a Marujada também promove o fortalecimento dos laços comunitários, estimulando a participação ativa dos moradores na organização e realização do evento. Ao envolver toda a comunidade, desde crianças até idosos, a festividade fortalece os vínculos sociais e o sentimento de pertencimento.

Ao longo dos anos, a marujada vem sofrendo algumas mudanças, algumas delas, segundo Gaeta (2013, p.09), por influência de agentes internos e outras por agentes externos. O autor ainda ressalta que, como a festividade de Nossa Senhora do Rosário ocorre nas ruas de CMD se faz necessária a colaboração e negociações

com alguns setores da localidade, como, por exemplo, o poder público. Para o autor, as negociações entorno da realização da festa se tornaram cada vez mais difíceis, à medida que a cidade vem se transformando e sofrendo novos impactos, um desse está relacionado a presença da empresa mineradora Anglo American com o empreendimento Minas-Rio.

Em relação a influência da empresa Anglo American à tradição, Gaeta, 2013 tem uma percepção que a intenção da empresa ao se envolver com as tradições do município não está relacionada a preservação e na garantia da proteção de tal manifestação cultural, mas sim na recriação, dada uma entrevista concedida a revista Dialogo (2010) por Newton Viguetti, um dos diretores da empresa. Em um trecho da entrevista, o diretor fala sobre a intenção da empresa a respeito das manifestações culturais de Conceição do Mato Dentro:

[...] poderíamos ensinar o folclore da região e manter grupos, principalmente incentivando e despertando o interesse das crianças por essas tradições. Dentro do programa de Apoio ao Turismo, buscamos levantar datas e símbolos religiosos típicos. A gente quer registrar as manifestações populares, algumas ligadas diretamente à colonização portuguesa e à região. O barroco, as igrejas, o uso do adobe (tijolo de terra crua, água e palha). Isso tudo pode ser usado para atrair turistas para a cidade. (Dialogo, 2010 apud GAETA 2013, p.30)

Por meio desse trecho, como bem observado por Gaeta (2013, p.31), percebe-se que a finalidade de preservar ou valorizar as manifestações culturais do município não está baseado nas tradições ou nos integrantes que as compõem, mas sim na geração de renda por meio do turismo.

Ainda na entrevista, o diretor afirma:

[...] Pretendemos criar alguns espaços onde essas manifestações possam ocorrer e também resgatar datas comemorativas, religiosas ou de cultos locais que tinham sido esquecidas. [...] Existe um projeto de criar espaços para essas manifestações populares, para que possam ser vistas por crianças e jovens, e a tradição se perpetue por várias gerações.” (Dialogo, 2010, apud Gaeta, 2013, p.30)

Em resposta a este trecho da entrevista, Gaeta (2013, p.32) afirma que, pelo fato de a empresa pretender produzir e apoiar manifestações culturais, elas “serão apenas réplicas falsas das tradições do município”. Outro ponto a ser observado, é que ao afirmar que pretende estabelecer um espaço para a realização das manifestações, a Anglo interfere na tradição dessas mesmas manifestações, uma

vez que é tradicional a sua realização nas ruas de CMD. Segundo o autor, a intenção da empresa minerária, ao promover essas atividades, é apenas criar uma imagem positiva para a empresa e talvez para a cidade, movida pelo interesse financeiro, muitas vezes realizada com uma perversa intenção salvadora e assistencialista. Outro ponto relevante é que o diretor Newton Viguetti não mencionou nenhuma vez ter consultado as comunidades para saber o que mais importa para essas pessoas. Segundo Gaeta (2013, p.31), a empresa vem selecionando o que considera mais próspero, ignorando toda uma identidade cultural que está inserida nas manifestações culturais de Conceição do Mato Dentro.

É notório que as tradições culturais estão diretamente relacionadas a identidade de uma comunidade, e que a interferência de empresas mineradoras em tradições culturais pode gerar um impacto significativo, e em Conceição do Mato Dentro isso não é diferente. A interferência da empresa Anglo American pode levar a perda gradativa ou acelerada das tradições do município, à medida que a comunidade é sujeitada a se adequar as novas realidades econômicas e sociais impostas pela mineradora. Podendo levar a perda do sentimento de pertencimento local, de conhecimentos tradicionais e de vínculos com o passado.

Nesse sentido, Gaeta (2013) expressa que a busca por compreender como grupos que vivem pautados em valores tradicionais reagem diante do contexto de mudanças imposto pela globalização exige uma resposta urgente, dada a velocidade das transformações sociais.

2.4 A MUDANÇA DA VOCAÇÃO EM CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

Como apresentado neste trabalho, o crescimento econômico na região em que hoje conhecemos como Conceição do Mato Dentro, se deu em razão ao ciclo do ouro, com a descoberta de ouro e pedras preciosas. Mas, após o esgotamento das lavras e o declínio da mineração, a economia da região entrou em colapso.

De acordo com a citação de JHON POHL (XIX), mencionado no portal online da prefeitura municipal de CMD, a percepção sobre Conceição do Mato Dentro após o fim da Corrida pelo Ouro era a de que o município havia enfrentado um período de declínio:

[...] Observa-se, com clareza, a decadência de hoje... O número de edifícios pode elevar-se a 200. Muitos deles assobradados. As igrejas, em número de

4, são todas bem edificadas. Os habitantes que, antes, viviam da extração do ouro, vivem, hoje, geralmente, de suas plantações. (JOHN POHL XIX, apud site da prefeitura municipal de CMD).¹⁴

No entanto, graças às mudanças econômicas, tais como o comércio, a agropecuária de subsistência, a pecuária, e o turismo com destaque de suas belezas naturais e culturais, o município conseguiu se destacar e se recuperar. De acordo com Ferreira (2016), Conceição do Mato Dentro pós-transformações econômicas apresenta um panorama diferente:

Já em 1845, 5 anos após sua emancipação, o município possuía 33 casas de negócios (8 armazéns, 8 lojas, 16 vendas e 1 loja que também era armazém), para um total, incluindo seus distritos, de 119 estabelecimentos. Se comparados com os dados do último quartel do século XVIII, esses números mostram que Conceição do Mato Dentro permaneceu sendo um entreposto, consolidando sua vocação comercial. (Dias 1994, apud Ferreria, 2016, p. 20)

Em relação ao turismo, este era visto como um meio de desenvolvimento social e econômico para o município. A prefeitura municipal de CMD¹⁵, em seu portal online, destaca que “do ponto de vista econômico, o turismo, em seus mais diversos segmentos – cultural, histórico, ecológico, ecoturismo, religioso, gastronômico e de negócios –, exerce papel fundamental na economia municipal.”

Em relação a agropecuária, a pecuária e as indústrias de pequeno, o site online da prefeitura de municipal de CMD acrescenta:

Na agropecuária, destacam-se como principais produtos a cana de açúcar, o café, o feijão, a banana, o milho e a mandioca. Na pecuária, as atividades relativas ao gado de corte e o gado leiteiro também são bastante expressivas. O município conta ainda com indústrias de pequeno porte, com destaque para a indústria artesanal, extração de madeira e carvão vegetal.

No que se refere à indústria artesanal, o município conta com pequenas fábricas de aguardentes, laticínios – como o nosso tradicional queijo -, farinha de mandioca e a rapadura. Destaque também para a apicultura e o artesanato. Este último segmento, com os artefatos de couro, como as selas e arreios, e os bordados, com desenhos inspirados na história da cidade, como o casario colonial, imagens, folclore e a flora da região. As atividades comerciais também contribuem para o incremento da economia local, com uma rede varejista bastante diversificada e apta a atender às necessidades do município e da região [...]. (Portal online prefeitura municipal de CMD)¹⁶

¹⁴ Disponível em: <https://www.cmd.mg.gov.br/quando-tudo-comecou>. Acesso: jun. 2022.

¹⁵ Disponível em: <https://www.cmd.mg.gov.br/aspectos-economicos>. Acesso: jun. 2022

Entretendo, segundo Vieira (2015) a vocação percebida em Conceição do Mato Dentro deixou de ser priorizada quando a economia do município tomou novos rumos em razão da implementação do empreendimento minerário Minas-Rio. O portal online da prefeitura municipal de CMD, relata que a mineração atualmente ocupa uma posição de destaque econômico, sendo a atividade uma das principais fontes de renda e grande geradora de emprego no município.

É sabido que os impactos gerados por um empreendimento minerário além de afetar os recursos ambientais e naturais da região, também podem afetar as dinâmicas socioeconômicas, como ocorreu com o turismo e outras atividades exercidas em Conceição do Mato Dentro. Para Pereira e Costa (2017, p.238) um projeto minerário cria tensões e conflitos com as comunidades que, antes da chegada da mineração, viviam de atividades econômicas relacionadas ao uso tradicional do território e também ao uso turístico. Os autores, a respeito da economia de CMD pós introdução da atividade minerária, comentam que o município virou refém da mineração, passando a depender quase que exclusivamente deste setor, que apesar de usufruir das riquezas do lugar, não se dispõe a realizar ações que melhorem a qualidade de vida dos moradores.

Para Lara (2015, p.27) o município Conceiçãoense deixou de ser “aquela cidade pacata de economia de base agropecuária e turística”, possuindo uma “economia setorizada pela chegada de um grande empreendimento, tornando-se um receptor de mão de obra”. A autora ainda salienta que o empreendimento minerário agravou a segregação socioespacial local, além do êxodo rural, falta de infraestrutura urbana, aumento da violência, dentre outros problemas e conflitos que serão apresentados no próximo subcapítulo.

¹⁶ Disponível em: <https://www.cmd.mg.gov.br/aspectos-economicos>. Acesso: jun. 2022.

2.5 A POPULAÇÃO CONCEIÇOENSE E AS CONSEQUÊNCIAS DO EMPREENDIMENTO MINERÁRIO MINAS-RIO

De acordo com Vieira (2015, p. 92), desde o início do processo de implementação do Minas-Rio “os estudos de impactos ambientais prévios à LP relativa à mina consideraram a área de inserção do empreendimento sob suas perspectivas: Área de Influência Direta (AID), que compreende a Área Diretamente Afetada (ADA); e a Área de Influência Indireta (AII).” Segundo a autora, na área diretamente afetada estão presentes os moradores da zona rural de CMD, e estes tiveram seu modo de vida afetado intensamente em função da atividade minerária.

A falta de informação da população acerca do empreendimento Minas-Rio e a omissão do Estado e da Anglo American gerou imensos conflitos entre o Estado, a Anglo American e a população, segundo Becker e Pereira (2011, p. 242). Os conflitos surgiram no momento em que ocorreu uma parceria entre o Estado e a empresa minerária, passando o estado a atender as urgências da Anglo e não da comunidade atingida pelo empreendimento minerário.

A chegada da empresa Anglo American em Conceição do Mato Dentro resultou na expulsão forçada de moradores de suas terras. De acordo com o artigo publicado pelo jornal Brasil de Fato em 2017 (figura 15), o lavrador Lúcio da Silva Pimenta foi um dos desalojados pela empresa. Mesmo em posse de documentos que comprovavam que ele era o proprietário da terra onde vivia, o lavrador foi obrigado a deixar sua casa devido ao fato de o terreno estar localizado em uma área de interesse da Anglo American.

Figura 15 – Reportagem sobre ameaças envolvendo moradores e a empresa Anglo American



Fonte: Brasil de Fato, 2017.

A empresa adquiriu terrenos no município, e são diversos os conflitos relacionados à compra de terra, de acordo com o portal Câmara dos Deputados. Em uma entrevista realizada pelo portal, o morador João Élcio Pimenta relatou que em 2010 vendeu 30 hectares para a empresa e recebeu o pagamento um ano após a venda, sem qualquer correção monetária.

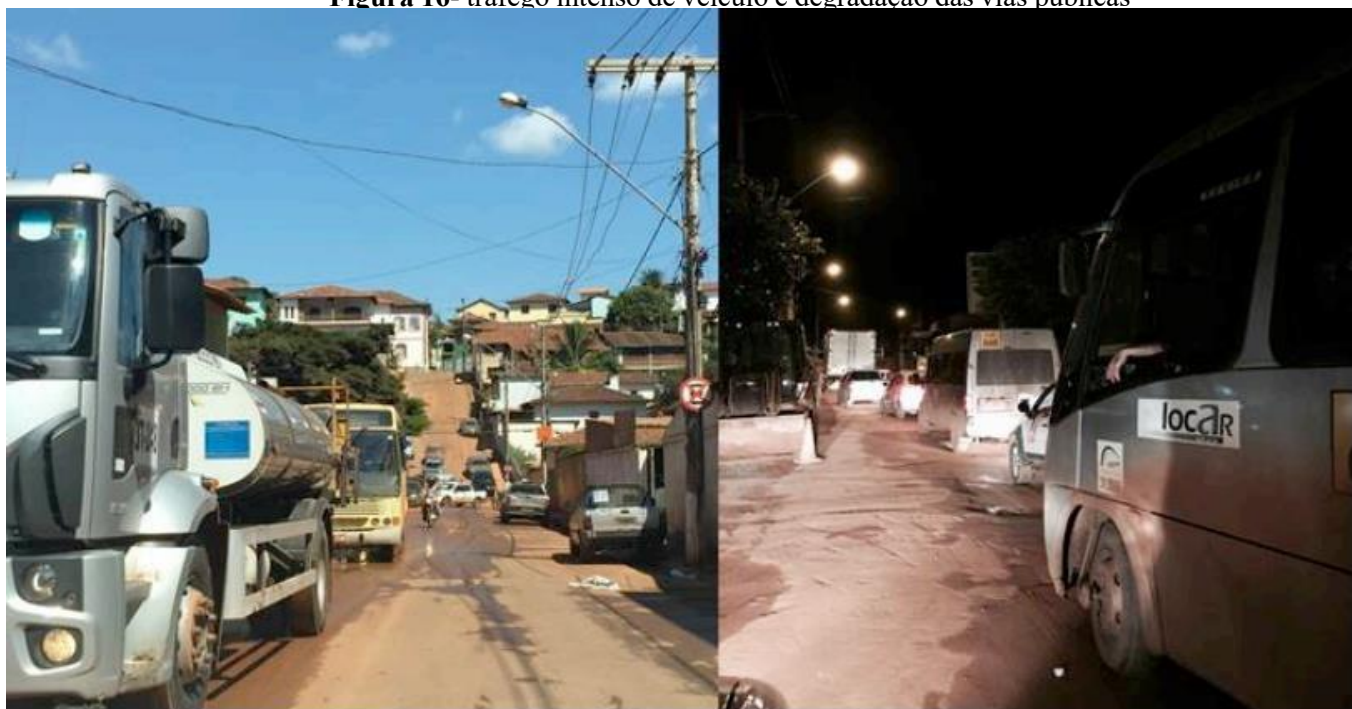
No dia 11 de julho de 2017, o portal de notícias online O Tempo publicou um artigo sobre os conflitos relacionados à aquisição de terras em CMD. Nessa matéria, foi abordada a Fazenda Ferreira Ferrugem, onde cinco famílias residiam, e o interesse da Anglo American pelos 6 hectares dessa propriedade. Segundo O Tempo, as famílias que viviam ali tinham apenas a expectativa de receber um valor justo pela terra, pois elas próprias não desejavam vendê-la. A Anglo American, por sua vez, estava interessada no local para construir um dique de contenção, como parte da terceira fase de expansão da capacidade da mina do projeto Minas-Rio. De acordo com o artigo, as famílias relataram que não houve nenhuma negociação para a compra das terras; a empresa recorreu imediatamente ao instrumento de "servidão", que é uma forma de desapropriação permitida pelo Estado quando há interesse público na área.

Outro conflito está relacionado ao aspecto urbano, com o crescente aumento de operários, o grande de fluxo de veículos na cidade, a violência e a falta de infraestrutura. Sobre o descrito, Simões (2014) disserta:

“[...] a mais completa ausência de infraestrutura, imagem dos últimos dez anos, nos quais não se cuidou de preparar-se para a chegada de um grande empreendimento minerário que ampliou consideravelmente a demanda por serviços públicos (segurança, educação e saúde, maiormente); moradia digna, com um mínimo de saneamento básico, iluminação pública e transporte; não se cuidou da criação de instrumentos capazes de assegurar a defesa do patrimônio natural e histórico-cultural.” (Simões, 2014 entrevistado por Vieira, 2015)

Em relação ao aumento no fluxo de veículos, Vieira (2015, p.100) ressalta que este aumento resultou na degradação das vias públicas do município.

Figura 16- trafego intenso de veículo e degradação das vias públicas



No que tange as habitações, o crescimento pela procura de imóveis no município resultou no aumento nos preços dos imóveis. De acordo com Vieira (2015, p. 105), a própria Anglo American chegou a oferecer um imóvel para aluguel por 3.000,00 (três mil reais) que antes custava 300,00 (trezentos reais). Como resultado, sem opções de moradia, muitas pessoas foram forçadas a ocupar áreas periféricas

do município e viver em condições precárias. A autora ressalta também que já é possível observar na cidade o surgimento de um processo de favelização e uma crescente segregação socioespacial.

Segundo uma matéria publicada em 2014 pelo jornal Estado de Minas, o aumento da violência em Conceição do Mato Dentro se deu em detrimento do crescente aumento populacional no município provocado pela chegada de 9 mil trabalhadores para a mineração. De acordo com o jornal Estado de Minas, a Polícia Militar na época afirmou que houve uma explosão da criminalidade na cidade e que mesmo com o aumento populacional o município contava com apenas 15 militares para cobrir a cidade e os 14 distritos do município. Em 2015, o portal publicou mais uma matéria a respeito da violência no município (figura 15) e como a falta de segurança afetava a população. O Jornal entrevistou alguns moradores da cidade, dentre eles Márcio Costa Seabra, diretor da Associação Comercial de CMD na época, na entrevista concedida o diretor disse que a cada dia a violência aumentava mais na cidade e que o comércio vinha sofrendo assaltos constantemente; o entrevistado termina a entrevista dizendo que com o aumento da população de fora trouxe consigo a insegurança.

Figura 17 – Reportagem sobre a violência em Conceição do Mato Dentro

The image is a screenshot of a news article from the website 'ESTADO DE MINAS'. The header shows the site's logo, a search icon, and a user profile icon. The article title is 'Conceição do Mato Dentro muda hábitos por causa da violência'. Below the title is a sub-headline: 'Em 29 de abril, os moradores foram às ruas em protesto contra o crescimento da violência e para pedir reforço e aparelhamento das polícias Civil e Militar'. The article text begins with a large 'E' and describes how the increase in violence in Conceição do Mato Dentro is forcing changes in residents' habits. It mentions a professor of physical education, Silvana Moreira, and a seamstress, Jussara Míriam de Oliveira Espanhol, who express their concerns about safety and the impact of violence on their daily lives.

Conceição do Mato Dentro muda hábitos por causa da violência

Em 29 de abril, os moradores foram às ruas em protesto contra o crescimento da violência e para pedir reforço e aparelhamento das polícias Civil e Militar

postado em 17/06/2015 06:00 / atualizado em 17/06/2015 07:31

Em Conceição do Mato Dentro, no Alto Jequitinhonha, o aumento da violência vem forçando mudanças de hábitos entre moradores. A professora de educação física Silvana Moreira, de 56, conta que deixou de sair de casa à noite. “A tranquilidade que a gente tinha antes, não tem mais. Antes, a gente podia sair sem preocupação, deixar a porta aberta, só no trinco, e nada acontecia”, reclama. A costureira Jussara Míriam de Oliveira Espanhol, de 42, que sempre trabalhou com a porta aberta, olhando o movimento na rua, agora pensa em instalar uma grade de proteção no seu ateliê. “É o tráfico de drogas, infelizmente”, lamenta.

Fonte: Jornal Estado de Minas, 2015.

Vieira (2015) entrevistou Marcelo Mata Machado Leite Pereira, Promotor de Justiça da Comarca de Conceição do Mato Dentro na época, a respeito do aumento da violência em CMD, em decorrência do empreendimento minerário. Nesta entrevista, o promotor diz que Conceição do Mato Dentro bateu o recorde de homicídios em 2014 e que a “política de segurança pública não conseguia atender a escala de criminalidade e que o recorde de homicídios vem de 90% associado ao tráfico de drogas [...]”.

Outro entrevistado, de forma verbal, pela a autora, a respeito dos impactos nos costumes e tradições das pessoas do município, foi o morador Sandro Heleno Lage da Silva. Ele comenta sobre a perda das tradições, dizendo:

[...] os costumes tradicionais, aquele velho jeito mineiro de ser, ele foi totalmente corrompido pela chegada do vil metal, do dinheiro. É de uma hora pra outra as relações sociais que eram estabelecidas com base no respeito, com base em consideração, do compadrio, né, de se saber a história das famílias, ela foi totalmente corrompida... então nós vimos as relações entre amigos, entre familiares, entre pessoas da comunidade serem totalmente desmanteladas com o sonho das pessoas de se tornarem abonadas e ricas, né, e esse efeito nefasto em nenhuma hora ele é medido, porque nem as pessoas estão preparadas para isso.” (Sandro Heleno Lage da Silva, entrevistado por Vieira, 2015)

Por fim, a respeito dos impactos positivos e negativos decorrentes do empreendimento para a população Conceiçãoense, Vieira (2015) entrevistou 07 (sete) moradores do município. Alguns entrevistados foram identificados como: entrevistado G, entrevistado J, entrevistado P, entrevistado D, entrevistado L; e outros pelos seus próprios nomes: Marcelo Mata Machado Leite Pereira, Promotor de Justiça da Comarca de Conceição do Mato Dentro e Sandro Heleno Lage da Silva, Secretário Municipal de Meio Ambiente em Conceição do Mato Dentro. Na tabela abaixo (tabela 01), com base nas entrevistas feitas por Vieira (2015), são identificados os impactos negativos e positivos, na visão dos entrevistados acerca do empreendimento minerário:

Tabela 01 – entrevistas realizadas aos moradores acerca dos impactos positivos e negativos do empreendimento minerário

Entrevistados	Impactos positivos	Impactos negativos
Entrevistado D	O entrevistado, morador da área diretamente atingida, não identificou impactos positivos advindo da instalação do empreendimento.	Para o entrevistado, o impacto negativo se apresenta desde da concepção até a instalação do empreendimento Minas-Rio em CMD.
Entrevistada G	A entrevistada não deixa claro quais foram os impactos positivos. Ela apenas relata que os impactos são dinâmicos e podem variar de acordo com as fases do empreendimento.	A entrevistada não deixa claro quais foram os impactos negativos. Ela apenas relata que os impactos são dinâmicos e podem variar de acordo com as fases do empreendimento.
Entrevistado J	O entrevistado não encontrou impactos positivos a respeito do empreendimento.	Os impactos negativos observado pelo entrevistado são o aumento da violência e a insegurança.
Entrevistado L	Para a entrevistada, não existem impactos positivos a respeito da instalação do Minas-Rio.	O impacto negativo observado pela moradora está relacionado aos recursos hídricos, com a poluição e falta de água.
Entrevistado P	O entrevistado não apontou impactos positivos a respeito do empreendimento.	Os principais impactos negativos observados pelo entrevistado foram: violação do direito de ir e vir, desrespeito ao modo de vida tradicional, e a saída dos moradores de suas terras,
Marcelo Mat a Machado Leite Pereira	O impacto positivo encontrado pelo promotor foi o aumento da circulação de dinheiro no município.	Para o entrevistado, os principais impactos negativos estão relacionados aos recursos hídricos e aos impactos ambientais e sociais, como a má qualidade do ar e a

		poluição sonora,

Sandro o Lage da Silva	Helen	Para o secretário de meio ambiente do município, o impacto positivo foi a geração de emprego e renda.	Ausência de políticas públicas, violação dos direitos da população, a perda dos costumes tradicionais e impactos na água.
---------------------------	-------	---	---

Fonte: Adaptado de Vieira, 2015.

Os impactos provocados pela a instalação de um empreendimento minerário vão além dos que aqui apresentados pelos entrevistados. Os autores (Melo; Cesar; Cardoso, 2014), em seu dossiê sobre “Lutas, Cidadania e Direitos Humanos”, entrevistaram os pesquisadores Ana Costa e Eduardo Barcelos a respeito dos impactos socioambientais advindos da implantação do projeto Minas-Rio. No trecho retirado da entrevista, Ana Costa, assistente social, professora e pesquisadora do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU) da Universidade Federal Fluminense (UFF) aponta e lamenta os imensos impactos negativos apresentados pelo empreendimento:

Enquanto os representantes do capital comemoram, do outro lado, trabalhadores pelas violações e violências provocadas por estas empresas só tem a denunciar e lamentar a devastação da natureza, a expropriação de seus instrumentos de trabalho, como a terra de cultivo para a maioria deles, a poluição das águas potáveis, a mortandade de peixes, a destruição de um modo de vida, que tem na terra, nos rios e na natureza de um modo geral, suas referências, o adoecimento e morte dessas pessoas que convivem no seu dia a dia com o sequestro de suas perspectivas e projetos de vida. Tudo isso em nome do processo de acumulação capitalista vigente, que alguns ainda insistem em chamar de progresso, de desenvolvimento. (Entrevistada Ana Costa, Cardoso alt., 2014)

O também pesquisador, professor e engenheiro ambiental Eduardo Barcelos, comenta na entrevista a respeito de como era a vida tradicional em Conceição do Mato Dentro antes do Minas-Rio e, apresenta as violações geradas pelo empreendimento à população:

Em Conceição do Mato Dentro a vida se dava nas terras no bolo da família, uma forma de organização e de trabalho baseado no uso comum e nas relações de parentesco. [...]Não havia ameaças de despejo, contaminação de águas, fluxo intenso de pessoas, assim como não havia usos predatórios do território. A chegada do Projeto Minas Rio na vida destes grupos foi um fator decisivo e transformou radicalmente suas práticas. [...] As perdas territoriais, com a desapropriação das terras, a invisibilidade na identificação dos atingidos, os deslocamentos forçados e a fragilização dos sistemas produtivos, enfim a violação das condições de vida, das formas de uso da natureza [...]. (Entrevistado Eduardo Barcelos, Cardoso alt., 2014)

Fica evidente que os impactos negativos são mais recorrentes do que os impactos positivos, e vão além dos apresentados pelos entrevistados. Tais impactos negativos, decorrentes do Minas-Rio, acarretam em conflitos ambientais e sociais, estando relacionados a falta de segurança, aos conflitos territoriais, à degradação ambiental e ao não reconhecimento dos direitos da população. Por meio dessas tensões envolvendo a população conceiçãoense e a empresa mineraria, os moradores de CMD ao verem seu modo de vida ser modificado, iniciaram as iniciativas de resistência afim de diminuir a vulnerabilização e a precarização da vida das comunidades. Este trabalho, tratara-se a respeito da mobilização para a resistência em CMD, no terceiro capítulo.

3 COMO A MUSEOLOGIA E DEMAIS AÇÕES DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL APONTAM CAMINHOS PARA UM DESENVOLVIMENTO QUE INCLUA AS COMUNIDADES

As discussões envolvendo a relação entre o território, as comunidades e patrimônio cultural e natural se tornaram presentes no campo da Museologia. Movimentos e documentos produzidos no século XX, como o evento promovido pela Mesa-Redonda de Santiago do Chile em 1972, a declaração de Caracas em 1992 e o movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), buscaram realizar transformações no campo museológico, redefinindo o papel dos museus perante a sociedade

A Nova Museologia defendia a democratização cultural, a interdisciplinaridade e o compromisso dos museus nas questões sociais, enfatizando sua importância na atuação e participação em conjunto com a comunidade. O movimento, em seu primeiro princípio de base do Museu Integral declara que:

Os membros da Mesa-Redonda sobre o papel dos museus na América Latina de hoje, analisando as apresentações dos animadores sobre os problemas do meio rural, do meio urbano, do desenvolvimento técnico-científico e da educação permanente, tomaram consciência da importância desses problemas para o futuro da sociedade na América Latina.

Pareceu-lhes necessário, para a solução desses problemas, que a comunidade entenda seus aspectos técnicos, sociais, econômicos e políticos.

Eles consideraram que a tomada de consciência, pelos museus, da situação atual e das diferentes soluções que se podem vislumbrar para melhorá-la, é condição essencial para sua integração à vida da sociedade. Dessa maneira, consideraram que os museus podem e devem desempenhar papel decisivo na educação da comunidade. (Mesa-redonda de Santiago do Chile, Documento Final do Evento. Santiago, 30 de maio de 1972)

Dentre as modalidades de museus alternativos que surgiram após a consolidação da nova museologia, surge o ecomuseu. O termo “ecomuseu”, foi cravado em 1971 pelo então diretor do ICOM, Hugues de Varine; o termo surgiu através da junção das palavras “museu” e “ecologia” e em sua origem o ecomuseu. Segundo Brulon (2015, p. 267) “representou a utopia da democratização da memória, por meio de um mecanismo museológico inclusivo que tinha por objetivo principal o de dar a palavra àqueles que apenas raramente partilhavam da cena da História.” Para Varine, segundo Santos, (2017), desde sua concepção, o ecomuseu foi pensado

como um museu ecológico, do meio ambiente, do homem, relativo ao território sobre qual vive uma população.

Assim, os ecomuseus se apresentam como um importante instrumento para o desenvolvimento e para o entendimento da realidade das comunidades. Eles, segundo Wild (2017, p. 183), possibilitam que a população passe a compreender seu “território, sua paisagem, seus patrimônios, suas memórias, suas histórias e conhecer a si mesmo, e a partir daí, revigorar a autoestima, elemento basilar para que ocorra um diálogo mais democrático, que permita escutar os ecos do silêncio”. Estes, se tornaram ferramentas de preservação e de difusão dos patrimônios locais (natural e cultural) ao promoverem ações de fortalecimento territorial, envolvendo a população local nas tomadas decisões e na construção de narrativas históricas e culturais, tornando-se, assim, um instrumento de empoderamento e de desenvolvimento socioeconômico e cultural de comunidades que, em geral, se encontram em contextos de maior vulnerabilidade.

Santos (2007), em seu ensaio a respeito do pensamento abissal, apresenta que o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal, onde a realidade social está dividida em dois universos distintos determinados como, por exemplo, verdadeiro/falso e civilizado/bárbaro. Para o autor, este pensamento abissal reforça a dominação e exploração do pensamento ocidental em detrimento das outras epistemologias locais e tradicionais, que é utilizado para silenciar vozes e reforçar as desigualdades sociais e econômicas. Para que seja possível superar tal pensamento, o autor propõe uma alternativa denominada “ecologia dos saberes”, essa abordagem valoriza a diversidade dos saberes locais e tradicionais, podendo se tornar uma ferramenta essencial para o enfrentamento de desafios locais, como a exploração predatória de recursos naturais, a degradação ambiental e as desigualdades socioeconômicas, permitindo que os, denominados bárbaros, passem a se expressarem e a participarem ativamente na construção do conhecimento e do seu território.

É nesse viés que os ecomuseus, ao atuarem conjunto com as comunidades, se apresentam como um instrumento de inclusão social, de desenvolvimento e de estímulo da conscientização da realidade da comunidade, tornando-a mais participativa nas tomadas de decisões; fazendo com que as comunidades passem a “rejeitar os moldes impostos há muito tempo pelos centros hegemônicos de poder, que construíram ideologias que marginalizam as culturas das

populações menos favorecidas” (WILL, 2017, p.183). Assim, a relação do ensaio de Santos (2007), com as comunidades adjacentes à atividade minerária, está relacionada a busca por um diálogo intercultural e inclusivo, que respeite os conhecimentos e opiniões das comunidades, envolvendo-as na formulação de políticas e práticas que possam minimizar os impactos negativos da mineração e promover o desenvolvimento sustentável em conjunto com as populações locais. Isso pode ser alcançado por meio do reconhecimento de suas vozes e experiências, do respeito às suas formas de vida e do estabelecimento de parcerias equitativas entre diferentes atores, sejam eles de governos, empresas ou organizações.

3.1 EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS E INSTITUCIONAIS: O CASO DO ECOMUSEU DA SERRA DE OURO PRETO, MINAS GERAIS

Os ecomuseus podem assumir variadas formas e abordagens, que dependem do contexto, do patrimônio envolvido e do interesse e necessidade da comunidade na qual se insere. No Brasil, há uma ampla gama de exemplos de ecomuseus implementados em várias partes do país. Neste estudo, direcionaremos nossa atenção para o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto como um exemplo representativo, explorando as circunstâncias que o levaram à sua criação. Além disso, destacaremos seu significativo papel na promoção da identidade local, na conservação do patrimônio cultural e ambiental e na promoção da participação ativa da comunidade nas tomadas de decisões.

A Serra de Ouro Preto desempenhou um papel vital no auge do período de mineração no Brasil colonial. Segundo Mattos (2005, p. 01):

“O subsolo das áreas onde se localizam, atualmente, os bairros envolvidos com a implantação do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto – morros da Queimada, São João, Santana, Piedade e São Sebastião – em outros tempos uma jazida arqueológica, é hoje testemunho do período da exploração do ouro nas minas gerais, como eram chamadas. Mas não só o subsolo. Em todos esses bairros estão também à mostra resquícios da ocupação urbanística de um dos mais prósperos arraiais mineradores do início do século XVIII [...]”

Nessa região, prosperou a antiga Vila Rica, que se tornou um dos locais mais importantes para a extração de ouro e pedras preciosas no século XVIII. A serra está localizada em uma área de transição entre a Mata Atlântica e o Bioma Cerrado. Durante o ciclo do ouro, o "Morro da Queimada" foi o ponto onde se estabeleceu o

primeiro núcleo populacional da área. Inicialmente, esse assentamento foi batizado de "Arraial do Ouro Podre". No entanto, durante a Sedição de Vila Rica, um levante que ocorreu em resistência às taxações impostas pelas autoridades portuguesas, o "Arraial do Ouro Podre" foi destruído pelo fogo, tornando-se conhecido como "Morro da Queimada" (Arcuri et al. 2016 p.01).

Após o esgotamento dos recursos minerais, Vila Rica perde sua importância econômica, gerando uma grande evasão populacional na cidade. Segundo Venâncio (2022, p.34), a partir da década de 1940 o território do Morro da Queimada passou a ser ocupado novamente. Embora as estruturas em ruínas, galerias e outras edificações associadas à exploração do ouro que compõem o Morro da Queimada têm resistido ao passar dos séculos, mesmo com a ausência de políticas preservacionistas, e hoje constituírem um sítio arqueológico de significativa importância para a narrativa histórica de Ouro Preto, o Morro da Queimada nos últimos anos enfrentou um processo de ocupação e urbanização desorganizadas, sem um planejamento adequado, e da omissão por parte das autoridades públicas, que priorizaram a preservação do patrimônio cultural no centro da cidade (Cortezão et al., 2010). Neste cenário atual, o sítio arqueológico encontra-se localizado nas proximidades dos bairros mais necessitados de Ouro Preto, incluindo Morro da Queimada, Morro Santana, Morro São João e Morro São Sebastião.

Conforme mencionado por Venâncio (2022, p. 38), durante a expedição da UNESCO em Ouro Preto no ano de 2003, que tinha como objetivo avaliar as condições de preservação do conjunto arquitetônico e das áreas circundantes da cidade, uma das orientações apresentadas pela UNESCO, como parte das medidas essenciais para a salvaguarda do patrimônio cultural e ambiental, consistia na conservação dos vestígios arqueológicos do Morro da Queimada. A partir dessa abordagem, surge o projeto de implantação do Monumento Municipal Arqueológico Morro da Queimada (MNMAMQ), na época denominado parque municipal, aprovado pelo CNIC/minC em 21 de dezembro de 2005 (PMOP, 2021). O MNMAMQ encontra-se na região sudoeste do Quadrilátero Ferrífero e sua localização é de suma importância ambiental, uma vez que está situado entre as nascentes que dão origem às bacias hidrográficas dos rios Velhas e Doce (Arcuri e Costa 2020, p. 131). De acordo com Mattos (2007, p.04), entre os principais objetivos delineados para sua criação estão:

“Expansão das pesquisas históricas através de escavações arqueológicas para ampliar o entendimento da cultura material e da história da região, proteção das ruínas de edifícios antigos e estruturas de pedra, revisão crítica da historiografia local, estudo da memória histórica da região, promoção do turismo alternativo, preservação da paisagem urbana tombada, melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, conscientização dos moradores e geração de emprego e renda.”

Simultâneo ao projeto de implementação do MNMAMQ, ocorreu o processo de envolvimento da comunidade para estabelecer um projeto embasado em metodologias e abordagens desenvolvidas com base nos princípios de um museu comunitário/ecomuseu. Para Venâncio (2022, p.41), o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto foi estabelecido com a finalidade de preservar e apresentar o patrimônio cultural das comunidades do Morro da Queimada, Morro Santana, Morro São João e Morro São Sebastião, explorando questões ligadas à história, arqueologia, ecologia e à própria comunidade, com ênfase na promoção da educação patrimonial. Além de se tornar um instrumento de mediação entre as comunidades locais e o patrimônio arqueológico.

Conforme a perspectiva de Fonseca (2018), o Ecomuseu da Serra representa a vertente da museologia social no âmbito do projeto de estabelecimento do MNMAMQ. O Ecomuseu atua como uma instituição que utiliza abordagens da museologia social e participativa para envolver as comunidades no processo de criação, administração, interpretação e tomada de decisões relacionadas ao seu patrimônio cultural e ambiental. Isso envolve a promoção contínua da cultura local, proporcionando um espaço para as comunidades expressarem suas vozes e narrativas. Do mesmo modo, em conjunto com o MNMAMQ, o Ecomuseu busca preservar, promover e valorizar o patrimônio ambiental cultural e histórico do território de onde se insere.

O Ecomuseu da Serra estabelece conexões através de parcerias tanto institucionais como comunitárias. Uma dessas colaborações é com o Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários (LAPACOM), uma iniciativa da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Segundo (Arcuri e Costa, 2020, p.05), o LAPACOM promove o desenvolvimento socioeconômico das comunidades dos bairros envolvidos, além de explorar e compreender as complexas dinâmicas sociais, culturais e patrimoniais das comunidades locais. Sua atuação se estende tanto ao Ecomuseu da Serra quanto ao Monumento Municipal Arqueológico Morro da Queimada (MNMAMQ). Ambos,

conforme destacado por Arcuri (et al., 2016, p.05), buscam unir esforços para promover a interseção das metodologias próprias da Museologia Comunitária e da Arqueologia Colaborativa. Conforme também mencionado por Arcuri et al., 2016, p.05), o LAPACOM trabalha em colaboração com a comunidade, guiando (suas ações por três elementos interligados: o espaço vivido, indivíduo e memória. Essa abordagem serve como fundamento para ações conjuntas que visam fomentar a compreensão e a conexão entre as pessoas, suas comunidades e o ambiente ao qual pertencem.

A colaboração entre o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto e o LAPACOM traz consigo uma série de resultados significativos para as comunidades envolvidas. Um dos impactos positivos apresentado por Arcuri e Costa (2020, p.133) seria:

“O fortalecimento da participação comunitária e das ações de preservação e gestão do patrimônio, onde as comunidades são ativamente envolvidas nas tomadas de decisões, permitindo que tenham um papel fundamental na identificação, valorização e preservação de sua própria história e cultura.”

Essa colaboração, por sua vez, contribui para o fortalecimento da identidade cultural dessas localidades. Em relação a preservação do Monumento Municipal Arqueológico Morro da Queimada (MNMAMQ), Mattos (2007, p.05) acredita que o Ecomuseu da Serra também contribuiu para sua musealização ao destacar sua importância histórica e cultural, correlacionando os eventos históricos e a cultura material e imaterial.

Em entrevista concedida à autora, no dia 20 de outubro de 2023, a líder comunitária e moradora do bairro Morro São Sebastião, Vanilda Claudia Costa de Paula Alves, quando perguntada se o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto contribuiu para o reconhecimento das vozes e experiências na comunidade, ela diz que sua criação serviu como uma ferramenta de valorização e de visibilidade dos saberes e fazeres das pessoas da comunidade:

“Primeiramente, o ecomuseu é o “eco” da comunidade, é a cara da comunidade, então quando você pergunta sobre o reconhecimento das vozes, as vozes do ecomuseu são as próprias pessoas da comunidade, né, e os nossos saberes e fazeres eles foram mais valorizados quando nós entendemos o conceito do ecomuseu, tudo aquilo que a gente já fazia na comunidade, nossos saberes, nossos fazeres isso era um ecomuseu/museu comunitário. Esse conceito, a gente não sabia, quem até trouxe esse conceito pra gente foi a professora Yara Mattos, mas os saberes e fazeres já existiam na comunidade. Então eu acho que o ecomuseu, a palavra, né, ecomuseu ou museu comunitário, ele contribuiu assim na questão da valorização do que a gente faz, entendeu? A gente, através do ecomuseu conseguiu ter mais visibilidade com relação a ter mais pertencimento, né, com os nossos saberes, nossos fazeres e também de

valorizar, porque até então a gente fazia os nossos artesanatos, tantas outras ações, mas a gente não sabia que isso tem um valor muito importante, não só para a comunidade, mas como para a sociedade como um todo.” (Vanilda Claudia Costa de Paula Alves entrevistada pela autora em 22 de outubro de 2023)

Da mesma forma, a entrevista no dia 22 de outubro de 2023, Camila Costa Pereira, estudante de museologia, líder comunitária e também moradora do Morro São Sebastião, menciona que a chegada do ecomuseu em 2005 auxiliou a comunidade em seu desenvolvimento e ativou ainda mais o sentimento de pertencimento entre os moradores:

“Com a chegada do conceito do ecomuseu aqui em 2005, aqui no bairro, nós conseguimos reconhecer que tudo que já era feito pela comunidade se encaixa muito dentro desse conceito. [...] quando a professora Yara trouxe pra gente esse conceito, nós vimos que era uma forma de museu, né, como é o ecomuseu. Então, aqui no morro a gente sempre realizou várias atividades em prol de todos, preservando sempre nossos saberes e fazeres, mas não tínhamos essa ideia do conceito do ecomuseu, igual já falei, e não tínhamos uma ideia de que poderia virar um museu de território. Eu nunca tinha ouvido falar, na verdade fui ter um pouco mais de conhecimento quando entrei mesmo na Museologia. Nisso, com o apoio da UFOP, trazendo os saberes deles ajudou a gente a desenvolver mais, a organizar o nosso desenvolvimento com nossas atividades, com mais ideias, aí a gente foi conhecendo várias outras pessoas através do ecomuseu, fomos fazendo atividades e fazemos hoje em dia mais ações sempre pensando no desenvolvimento e no nome do ecomuseu pra gente alcançar uma visibilidade maior. Hoje, a maioria do povo já sabe um pouco mais do ecomuseu, já tem um pouco mais de pertencimento. [...] com a chegada do museu o bairro foi desenvolvendo mais e, graças a Deus, hoje a gente traz muitas discussões para a comunidade, temas atuais que o povo hoje entende melhor, sobre essa questão da diversidade, do acolhimento, da preservação e dos seus direitos. Fizemos também os resgates das tradições, como a culinária, onde várias pessoas participaram. Hoje as atividades do ecomuseu aumentaram muito e com essa parceira nós podemos visualizar como somos ricos de saberes, o que pra gente era habitual e normal, como a festa de São Sebastião então esse pertencimento que o pessoal do morro tem, né, que gira muito entorno da religião católica, nós não achávamos que era tão importante, então hoje em dia nós temos outra visão. (Camila Costa Pereira entrevistada pela autora em 22 de outubro de 2023).

Quando questionada sobre as colaborações estabelecidas entre o Ecomuseu da Serra, as empresas, o governo e as organizações, Vanilda Claudia Costa de Paula Alves afirma que não há parcerias estabelecidas com o governo ou as empresas:

“[...] nós não temos parcerias com o governo, não temos parcerias com empresa [...] nossa parceria, vamos dizer assim, somos nós da comunidade, vamos dizer assim, nós com nós mesmos. Então, a gente não tem assim uma parceria com a prefeitura, com empresa nenhuma. Aqui nós do ecomuseu, o que de vez enquanto consegue é uma parceria com o bloco Zé Bastião que é convidado para poder participar de algum evento, né, e aí é o único momento em que, alguns, que não são nem todos, contribui com

os meninos, até em dinheiro, pra poder ajudar na manutenção dos instrumentos, mas nós não temos parceria com ninguém não, a nossa parceria é o esforço de cada pessoa da comunidade que já sabe que é o próprio ecomuseu e que se esforça e nós participamos de barraquinhas, de festas juninas, nós fazemos as nossas ações para a gente poder se manter, né, e para arrecadar o dinheiro para a gente desenvolver na comunidade ações com as crianças, com os idosos, enfim... com a comunidade como um todo.” (Vanilda Claudia Costa de Paula Alves entrevistada pela autora em 22 de outubro de 2023)

Ainda sobre o estabelecimento de parcerias equitativas, Camila Costa Pereira, relata:

“Não temos apoio de órgão público nenhum, temos essa parceria com a UFOP [...], com a parceria da museologia da universidade nós conseguimos preservar ainda mais a nossa história e com o apoio da Yara, da Marcia nós conseguimos desenvolver vários projetos e eu tenho certeza que mais pelo futuro vamos desenvolver mais ainda, conseguir mover e trabalhar em conjunto em prol da comunidade, do coletivo. Mas a nossa parceria mesmo é com o povo da comunidade, as nossas lideranças. Fazemos tudo com o apoio da comunidade que é muito caridosa e que visa muito essa questão da preservação dos nossos costumes. [...], mas, infelizmente, não temos apoio de órgão público algum.” (Camila Costa Pereira entrevistada pela autora em 22 de outubro de 2023).

No que tange as questões ambientais e os conflitos existentes, a estudante de museologia diz que no momento estão enfrentando problemas envolvendo a mineração:

“No momento, nós temos uma demanda em relação a mineração aqui na serra, a respeito da estrada da purificação que vai ligar Ouro Preto a Antônio Pereira [...] a briga nossa é se os carros de mineradoras vão passar aqui dentro, porque se for vai atrapalhar ainda mais o trânsito, tanto o do morro Santana quanto aqui pela rua nossa. Os motoristas das caminhonetes acham que podem passar na velocidade que eles querem, não conversam com a gente, aquela questão com o respeito com a comunidade, não existe. [...] também tem uma outra estrada, que já tem projeto, é a estrada das granjeiras, essa estrada vai ser um corredor minerário que nós não queremos que passem por dentro do bairro, a gente quer que passa fora. Então a luta mesmo da comunidade, né, hoje é contra essas situações. Nossa luta é uma forma de preservação, pois se deixarmos eles vão acabar com a comunidade, aí já era. A nossa ideia é lutar contra esse grande desastre ambiental que ele vai gerar aqui na comunidade, só que é muito complexo essa questão da mineração e as vezes somos interpretados de forma errada, tem gente que acha que estamos contra a empresa, mas nós só queremos um dialogo, um respeito e nós da comunidade não ficamos calados, não somos de ficar brigando, discutindo, mas fazendo manifestações sim. E a prefeitura não liga pra nada, não liga para as comunidades, ela só quer mesmo fazer o nome dela ou de quem a esta representando. Pra mim é mais propaganda política. Então, no momento, essa luta contra a mineração aqui na serra é uma forma de preservar esse nosso patrimônio ambiental e também o nosso convívio aqui, imagina passando caminhão aqui, um bairro tão tranquilo, familiar, os meninos brincando com bola aqui na rua, os animas aqui, então a gente não quer. Nós vamos até o fim, até ser reconhecido como atingidos e também para ter um dialogo melhor com a mineradora, mas que infelizmente eles não visualizam isso, eles acham que a terra é deles e que passam do jeito que quiserem e não estão nem aí. Hoje, a nossa luta é isso aí, e temos muito apoio da universidade, não só da museologia, mas do curso de arquitetura,

direito. Graças a Deus o ecomuseu deu visibilidade a comunidade.” (Camila Costa Pereira entrevistada pela autora em 22 de outubro de 2023).

Quando perguntada sobre se o estabelecimento do ecomuseu influenciou o sentimento de luta entre os moradores por seus direitos, Camila afirma:

“Sim, com certeza o ecomuseu contribuiu. Ele deixa mais evidente essa questão de o quanto precisamos preservar o nosso território, né. Então essa luta contra a mineração, para sermos reconhecido como atingidos, o ecomuseu contribuiu para esse nosso entendimento, são frutos colhidos pelo seu conceito, pela parceria com a UFOP. Hoje, eu como moradora e estudante de museologia eu vejo o quão é importante preservar o nosso território, nosso bairro, nossos costumes, nossos saberes. Em relação a essa questão da mineração, é muito importante essa luta, se não vamos perder tudo, porque eles chegam, infelizmente, sem querer saber o que a comunidade quer e destroem tudo.” (Camila Costa Pereira entrevistada pela autora em 22 de outubro de 2023).

Ao ser indagada sobre como as práticas do ecomuseu possuem o potencial de preservar o patrimônio ambiental e cultural, especialmente no que diz respeito à participação comunitária, a entrevistada Vanilda Claudia Costa de Paula Alves menciona:

“[...] aqui na comunidade, nós do ecomuseu, fazemos caminhadas pela serra pra gente ter reconhecimento e pertencimento no território onde que a gente vive, onde a gente mora. Então, a gente faz caminhadas, principalmente com as crianças, pra que elas cresçam sabem qual que é o território que elas vivem e com relação a preservação. Então assim, esse trabalho que a gente faz de caminhada, piquenique... e depois a gente volta e sempre faz uma roda de conversa, e conversamos sobre a importância de pertencimento e também a importância de preservar o que está em nosso entorno, porque é onde a gente vive. Quando você fala de preservação do patrimônio cultural, o nosso maior patrimônio são as pessoas com seus saberes e fazeres, isso é o ecomuseu, né, então assim, o que a gente faz são ações para valorização dos saberes e fazeres das pessoas das comunidades. Com relação as nossas serras, as nossas cachoeiras que tem ser preservadas, então a gente sempre faz caminhadas com roda de conversas para poder conscientizar, principalmente, as crianças, mas fazemos isso com adultos também, a gente fotografa, a gente conversa sobre o que temos aqui, qual é o nosso bioma. Então, assim, a gente faz um reconhecimento do território e com isso a gente ta preservando o patrimônio cultural, ambiental e também o nosso maior patrimônio que a gente cuida, que a gente zela muito por eles, que são as pessoas. Quando você fala de preservação, a gente tem as exposições de fotografias do morador da comunidade, em que a gente trabalha não só o resgate, mas também o pertencimento e a valorização, como por exemplo das nossas festas religiosas, festa junina... isso pra nós, do ecomuseu, é o nosso maior patrimônio [...]. Então assim, a gente faz ações voltadas para a preservação de tudo isso que existe para que a nossa história não se acabe, muito pelo contrário, para que ela perpetue por muitos anos através dos meninos, das crianças que estão chegando aí e se envolvendo a cada vez mais nas ações da comunidade.” (Vanilda Claudia Costa de Paula Alves entrevistada pela autora em 22 de outubro de 2023)

3.2 ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS AMBIENTAIS E CULTURAIS: O PAPEL DA MUSEOLOGIA E DAS LEIS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E DO PATRIMÔNIO CULTURAL NOS LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS

(leal e Silva, 2016, p.23) ao analisarem a interação entre a preservação do patrimônio cultural e o licenciamento ambiental, destacam que o licenciamento ambiental pode, em muitos casos, representar uma oportunidade para conciliar a proteção do patrimônio ambiental com o fomento do desenvolvimento econômico. No entanto, os autores também enfatizam que a relação entre a preservação do patrimônio cultural e ambiental e o licenciamento ambiental nem sempre é garantia de sucesso e, frequentemente, desencadeiam conflitos entre diversas partes envolvidas. Para os autores, o (des)conhecimento sobre o ambiente, a cultura e o patrimônio podem levar a decisões inadequadas que prejudicam a preservação do patrimônio cultural e ambiental.

O caso de Conceição do Mato Dentro, relacionado à implementação do projeto Minas Rio, abordado no âmbito deste trabalho, destaca de maneira expressiva a falta de êxito na conciliação entre a preservação do patrimônio ambiental e cultural e o processo de licenciamento ambiental. Como abordado minuciosamente no segundo capítulo deste estudo, o processo de licenciamento ambiental para o empreendimento minerário apresentou notáveis lacunas e foi marcado por inúmeras manobras realizadas no âmbito da legislação ambiental (Vieira, 2015, p.50). Isso incluiu o processo de (des)tombamento ambiental da Serra da Ferrugem, que anteriormente havia sido tombada e designada como monumento natural.

Uma vez que o projeto Minas-Rio já foi implementado sob as condições atuais, é crucial adotar estratégias para lidar com os conflitos existentes. Em relação ao Poder Público, de acordo com o estudo de (Vieira, 2015, p.141), para buscar sanar aos conflitos existentes, foi aplicado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) pelos órgãos reguladores de forma a realizar compensações aos impactos gerados. No entanto, a eficácia do TAC na resolução dos conflitos em CMD tem sido alvo de questionamentos. Vieira (2015), em suas entrevistas com moradores afetados pelo empreendimento minerário, identificou que algumas pessoas desconhecem o funcionamento exato do TAC e, aqueles que estão familiarizados com esse

instrumento frequentemente manifestam críticas, argumentando que ele tende a favorecer principalmente as empresas envolvidas, negligenciando os impactos sobre as pessoas afetadas.

A resolução dos complexos conflitos ambientais e culturais em CMD demanda uma abordagem diversificada, envolvendo a aplicação de várias estratégias e instrumentos. De acordo com Vieira (2015, p. 149), o instrumento utilizado pelos moradores de CMD foi a resistência. Segundo o autor, os moradores, especialmente “um pequeno grupo de concepcionenses ligado à produção artística e cultural da cidade”, iniciaram o movimento de resistência assim que os primeiros anúncios do retorno da mineração à região foram feitos. A atuação desses moradores ligados às questões culturais e artísticas demonstram a importância da comunidade local na preservação de sua herança cultural e ambiental.

Em regiões onde à prática de atividade minerária, o licenciamento ambiental se torna um instrumento crucial na garantia de que os impactos sejam gerenciados de forma sustentável. Nesse contexto, a museologia pode desempenhar um papel de grande relevância como parte integrante das estratégias para preservar e realçar a rica herança cultural e ambiental da região, além de envolver as comunidades afetadas. A nova museologia e as modalidades de museus alternativos que surgiram com ela apresentam os ecomuseus e os museus comunitários como um alinhamento perfeito dessa iniciativa, pois é um espaço que pode ser criado e mantido pela própria comunidade para destacar e proteger o patrimônio cultural e ambiental, além de se apresentarem como importante instrumento para o desenvolvimento e para o entendimento da realidade da comunidade.

Neste sentido, propõe-se a criação de um ecomuseu/museu comunitário em CMD, com objetivo de valorizar a identidade local, fomentar a educação e estimular a conscientização ambiental, além de proporcionar uma voz ativa às comunidades impactadas. A implementação de um ecomuseu em CMD ampliaria ainda mais o espaço para a voz do movimento de resistência que tem crescido ao longo do tempo por meio de ações simbólicas, mobilizações, debates e embates políticos e institucionais. O ecomuseu/museu comunitário poderia servir como um ponto de convergência e um espaço para expressar essas ideias e aspirações. Além disso, o ecomuseu/museu comunitário também pode atuar como um centro de documentação, educação e conscientização, registrando a história do movimento e as lutas da comunidade em prol de sua identidade cultural e ambiental.

Dessa forma, o estabelecimento de um ecomuseu/museu comunitário na cidade se configura como uma iniciativa abrangente para lidar com a complexidade dos conflitos ambientais e culturais na região. O ecomuseu/museu comunitário em CMD, seguindo os princípios da Museologia Comunitária (Varine, 2005; Mattos, 2007; Sheiner, 2012; Davallon e Schielle, 1992), pode desempenhar um papel fundamental na promoção da representatividade, identidade e colaboração com a comunidade local e seu ambiente. Tornando-se, assim, um espaço vivo que celebra, preserva e guarda a riqueza natural, cultural e histórica do território, enquanto se transforma em um instrumento para amplificar as vozes das comunidades locais.

3.3 A MUSEOLOGIA DAS RELAÇÕES, O MEIO AMBIENTE E AS COMUNIDADES – O PAPEL DOS ECOMUSEUS

Soares e Sheiner (2009, p.14) em um ensaio a respeito da ascensão dos museus comunitários como locais essenciais para a preservação e celebração dos patrimônios 'comuns', destacam uma mudança significativa na maneira como os museus compreendiam a natureza e o meio ambiente. De acordo com os autores, os museus costumavam retratar a natureza como algo isolado, separado das preocupações imediatas dos seres humanos. Contudo, devido à crescente sensibilidade ecológica, passou-se a compreender que o meio ambiente não é apenas um objeto de estudo; ele é, na verdade, uma parte intrínseca do nosso contexto social.

“Deixando um pouco de lado as certezas do passado, o museu se vê tendo que debruçar-se incisivamente sobre o presente para encontrar soluções para um futuro incerto e ameaçado. A reconciliação do ser humano com o mundo natural não é meramente desejável, ela se torna uma necessidade. Trata-se aqui de uma tomada de consciência coletiva [...]” (Soares e Sheiner, 2009, p. 15).

Os autores argumentam que, à medida que a ecologia ganha importância os museus também evoluem em sua compreensão dos conceitos de "patrimônio" e "meio ambiente". Agora ele apresenta uma visão mais completa e holística do patrimônio, integrando-o completamente no ambiente em que os seres humanos estão inseridos e com o qual mantêm uma relação essencial.

Beliani (2012, p.54) afirma que, hoje, na museologia contemporânea, há um reconhecimento progressivo da importância de abordar o meio ambiente de maneira mais significativa, onde os museus também estão interessados em promover

a compreensão e a consciência sobre questões ambientais. Tal abordagem museológica contemporânea em relação ao meio ambiente reflete uma mudança de paradigma que coloca em destaque uma museologia que prioriza a relação entre o ser humano e a natureza. A museologia das relações, apresentada por (Davallon; Grandmont; Schiell; 1992, apud Rocha, 2015), também foi uma forte influência acerca do interesse dos museus ao tratar do meio ambiente. Ela desempenhou um papel significativo no interesse dos museus nas questões ambientais, ao destacar a importância da interação entre os museus e a sociedade em geral, transformando-os em agentes vivos e ativos, se envolvendo com as comunidades, discutindo questões relevantes como o patrimônio e o meio ambiente e promovendo o diálogo social.

Essa ênfase na sensibilização e na construção de uma consciência ecológica global, segundo (Beliani, 2012), significa que os museus contemporâneos estão desempenhando um papel ativo na promoção da sustentabilidade e na conscientização sobre os desafios ambientais que o mundo enfrenta. Eles se tornaram agentes de mudança, ajudando a criar uma compreensão mais profunda da interconexão entre os seres humanos e o meio ambiente, e incentivando práticas mais responsáveis em relação à natureza.

Por fim, a interconexão entre a museologia, a comunidade, o ecomuseu e o meio ambiente revelam uma abordagem integrada e vital para a preservação do patrimônio cultural e natural. A museologia das relações destaca a importância fundamental da interação entre museus, comunidades e meio ambiente, evidenciando a necessidade de envolver ativamente as comunidades locais na interpretação e proteção de seu legado cultural e ambiental. O ecomuseu, como um modelo exemplar dessa abordagem, não apenas integra harmoniosamente o patrimônio cultural e natural em um contexto comunitário, mas também promove a sustentabilidade e a valorização das tradições locais. Neste contexto, o ecomuseu atua como um agente transformador, estimulando a participação ativa da comunidade na proteção do seu meio ambiente, utilizando os princípios da museologia das relações para estabelecer uma conexão entre as pessoas e seu entorno. Assim, essa interligação dinâmica entre museologia, comunidades, ecomuseus e meio ambiente não apenas enriquece a compreensão do patrimônio, mas também fomenta um profundo senso de responsabilidade e cuidado em relação às riquezas culturais e naturais que definem nossas identidades e sustentam nossas vidas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da relação entre comunidades locais e a indústria minerária revela um cenário propício para conflitos globais. A causa dos conflitos, na maioria das vezes, está relacionada a impactos adversos nos âmbitos cultural, ambiental e socioeconômico. O conflito também se apresenta na falta de diálogo e inclusão da comunidade local, por parte das empresas, nas tomadas de decisões, culminado na intensificação das tensões. Além do impacto negativo no modo de vida tradicional daquele povo.

Para a população tradicional, a terra é como uma parte integrante de sua identidade, história e memória. Quando a atividade minerária se instala, não apenas modifica a paisagem, mas dilui as narrativas e memórias que estão profundamente enraizadas naqueles solos, causando uma significativa perda de pertencimento por parte dessas pessoas.

Diante do exposto nessa pesquisa, o caso de Município de CMD e o projeto minerário Minas-Rio, apresenta todos os conflitos mencionados acima. O caso ressalta a urgência em adotar práticas de mineração responsável, regulamentações rigorosas e uma forte conexão com as comunidades locais. Os impactos negativos observados, desde a modificação do modo de vida das pessoas, as manobras na legislação ambiental, a interferência nas manifestações culturais, até a degradação ambiental, sublinha a necessidade de uma abordagem diversificada para resolver conflitos tão complexos.

A inserção da museologia, especialmente a ecomuseologia e a museologia comunitária, como uma estratégia vital na busca por soluções. Estes campos não apenas possibilitam a expressão das comunidades afetadas, mas também atuam como mediadores em conflitos territoriais, promovendo a identificação, proteção e divulgação dos seus bens materiais e imateriais. A criação de um ecomuseu em CMD não apenas busca preservar o patrimônio ambiental e cultural, mas também fortalecer a resistência dos moradores, oferecendo-lhes uma voz ativa nas decisões que afetam seu meio ambiente, sua cultura e qualidade de vida. Esta iniciativa não apenas procura celebrar a riqueza cultural da região, mas também promover a conscientização e a participação da comunidade, constituindo-se como um passo crucial em direção a um futuro mais sustentável e harmonioso para todos os envolvidos.

Ao considerar a relevância da preservação ambiental, a pesquisa destaca a importância de apresentar a relação entre sociedade, meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico. Nesse contexto, a museologia não apenas documenta, mas também promove a consciência cidadã, transmitindo valores culturais e sociais das comunidades envolvidas.

Assim, a pesquisa contribui para a compreensão da interseção entre atividade mineradora, patrimônio e sociedade, enfatizando a necessidade de abordagens integradas para enfrentar os desafios contemporâneos, assegurando a preservação do meio ambiente para as próximas gerações.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. **Patrimônio Cultural: Tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva**. Museu casa do pontal, 2015.

AKINRULI, Samuel Ayobami; COSTA, Plínio Temba. **Contextos e conflitos da mineração no Quadrilátero Ferrífero-Aquífero: o geoprocessamento do patrimônio cultural**.

ALVES, André Naves. **Histórico e importância da mineração no estado**. Revista do LEGISLATIVO, 2008

ANGLO AMERICAN. Disponível em: <https://brasil.angloamerican.com/pt-pt>; acesso em: nov. 2022.

ARAUJO, Eliane R. FERNANDES, Francisco R. Chaves. **Mineração no Brasil: crescimento econômico e conflitos ambientais**. Disponível em: conflitos ambientais cap.2 p 65.pdf

ARCURI, Marcia; COSTA, Jemima Rodrigues. **Repensando as velhas práticas: transversalidades e o papéis da arqueologia e museologia na preservação do patrimônio do parque municipal arqueológico morro da queimada**. Ouro Preto, 2020.

ARCURI, Marcia; LAIA, Paulo Otavio; MATTOS, Yara; BUENO, Flávia Brasil Baessa. **PATRIMÔNIO E ARQUEOLOGIA COMUNITÁRIA NO MORRO DA QUEIMADA: desafios para a gestão compartilhada**. IV Seminário de Preservação do Patrimônio Arqueológico. 2016. Disponível em: http://site.mast.br/hotsite_anais_ivsppa/pdf/01/01%20Arcuri_et_al_MAST_2016_revisado.pdf

ARCURI, Marcia; OTÁVIO, Paulo; SUÑER, Rodrigo. **Territórios e patrimônios na lama das negociações: desafios para a museologia comunitária na Barragem de Fundão**. V. 24 n. 1-2, 2015.

AZEVEDO, Isabela Prado. **Impactos socioeconômicos da atividade mineradora**. Ouro Preto, 2020.

BARCELOS, Eduardo. **O projeto minas rio e seus impactos socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos**. Minas Gerais – Rio de Janeiro, 2013.

BECKER, Denise de Castro. PEREIRA, Luzia Costa. **O Projeto Minas-Rio e o desafio do desenvolvimento territorial integrado e sustentado: a grande mina em Conceição do Mato Dentro**, 2011.

BELIANI, Elisama. **As contribuições da museologia para a preservação e musealização do Parque Nacional da Tijuca**, 2012.

CAVENAGHI, Andressa G. O. Gonçalves. **Os impactos socioeconômicos da mineração na cidade de Araxá-MG**. Araxá, 2019.

CETEM. **Exploração de minério de ferro em Conceição do Mato Dentro (MG) afeta meio social e ambiente**. 2012. Disponível em: <<http://verbetes.cetem.gov.br/verbetes/ExibeVerbete.aspx?verid=40>> Acesso em: Jan 2023.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Capítulo VI. São Paulo. UNESP. 2021, pp 205-258. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5229021/mod_resource/content/1/CHOAY.pdf; https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5229021/mod_resource/content/1/CHOAY.pdf; acesso: Jan. 2023.

CORTEZÃO, Bruna Gorete *et al.* **Análise do projeto de implantação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada**, Ouro Preto, 2010.

CRESPO, Jeanne; URIAS, Patrícia. **Algumas reflexões sobre a preservação do patrimônio natural e cultural em áreas propensas às atividades minerárias**. 2011.

CORRÊA, Dianaluz da Costa Leme. **A paisagem cultural e as disputas em torno da institucionalização de paisagens rurais: O caso do distrito de Tabuleiro (Conceição do Mato Dentro, MG)**, 2020.

De Quebec, 1984 D. (1). **DECLARAÇÃO DE QUEBEC, PRINCÍPIOS DE BASE DE UMA NOVA MUSEOLOGIA**, 1984. Cadernos de Sociomuseologia, 15(15). Disponível em: <<https://revistas.ulusofoa.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/342>> Acesso: Julho 2023

FERREIRA, Igor Lacerda. **Mineração e Conservação Ambiental em Conceição do Mato Dentro: Desafios de uma (des)ordenação territorial** 2016.

GAETA, Filipe. **O Panorama Atual da Marujada de Conceição do Mato Dentro/MG: Uma Análise da Interferência de Agentes Externos Sobre Sua Cultura Musical Tradicional**, 2013. disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/AAGS-9NDNGF/1/vers_o_final_3.pdf Acessado em: Nov 2022.

GUEDES, Jefferson. **Exploração de minério de ferro em Conceição do Mato Dentro (MG) afeta meio social e ambiente**. In: FERNANDES, Francisco Rego Chaves; ALAMINO, Renata de Carvalho Jimenez; ARAUJO, Eliane Rocha (Eds), 2014.

GUIMARÃES, C. L.; MILANEZ, B.. **Mineração, impactos e os desafios da diversificação: revisitando Itabira**. Agosto, 2017.

JUNIOR, Alan Trampe, PAULA Assunção dos Santos (Organización). **la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de**

Santiago de Chile, 1972 – Ibram/ MinC; Programa Iberoamericanos. Brasília, 2012. v.1; 235

LARA, Mariana Sena; LOBO, Carlos; GARCIA, Ricardo Alexandrino. **Atividade minerária e a dinâmica migratória em Conceição do Mato Dentro/MG**. Caderno de Geografia, v.26, n.47, 2016.

LEAL, C. F. B.; SILVA, L. de S. e. A preservação do patrimônio cultural no contexto do licenciamento ambiental: possibilidades sociais e produção de (des)conhecimento sobre ambiente, cultura e patrimônio. **Revista CPC**, [S. l.], n. 21, p. 8-35, 2016. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0i21p8-35. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/111544>. Acesso em: set. 2023.

LEIS MUNICIPAIS: CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO. Disponível em < <https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/conceicao-do-mato-dentro/lei> > Acesso em: Nov. de 2023.

MATTOS, Yara. **Ecomuseu da Serra de Ouro Preto: arqueologia dos lugares e não lugares de uma experiência comunitária**. In: MATTOS, Y.; PRIOSTI, O. Caminhos e percursos da Museologia Comunitária XII Atelier Internacional do MINOM, Lisboa/Setúbal, 2007.

MATTOS, Yara. **ECOMUSEU DA SERRA DE OURO PRETO/MG: MORROS DA QUEIMADA, SANTANA, SÃO JOÃO, SÃO SEBASTIÃO E PIEDADE**, 2008.

OLIVEIRA, Júnia. **Crescimento desordenado de Conceição do Mato Dentro aumenta violência na região**. Estado de Minas, 09 de jan de 2014. Disponível < https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/01/09/interna_gerais,486066/crescimento-desordenado-de-conceicao-do-mato-dentro-aumenta-violencia-na-regiao.shtml > Acesso: Jun 2023

PASSOS, F. L.; COELHO, P.; DIAS, A.. **(Des)territórios da mineração: planejamento territorial a partir do rompimento em Mariana MG**. São Paulo, jan./abr. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO. Disponível em <<https://www.cmd.mg.gov.br/>> Acesso em: Jan. de 2022

PRIMO, Judite dos Santos. **Museus locais e Ecomuseologia – Estudo para o ecomuseu da Murtosa**, in Cadernos de Sociomuseologia, nº 30, 2008.

REZENDE, Vanessa Leite. **A mineração em Minas Gerais: uma análise de sua expansão e os impactos ambientais e sociais causados por décadas de exploração**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-451320160304>

REIS, Gabrielle Alves. **Os museus de território enquanto estratégia de mobilização do patrimônio ambiental e cultural**. Rio de Janeiro, 2021.

RODOARTE, Mario Marcos Sampaio. **O caso das minas que não se esgotaram: a pertinência do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentistas**. Belo Horizonte, 1999.

SANTOS JR., R. F. dos; BRITTO, C. C. Hugues de Varine e os museus comunitários no Brasil. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 323–327, 2019. DOI: 26512/museologia. v8i15.24973. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/24973>. Acesso em: 13 ago. 2023.

SCHEINER, Cristina Tereza. **Repensando o museu integral: do conceito às práticas**. Dossiê Museologia e Patrimônio, abril, 2012.

Seminário Preservação de Patrimônio Arqueológico C & T (4. : 2016: Rio de Janeiro) Anais do 4º Seminário Preservação de Patrimônio Arqueológico/ organização: Guadalupe do Nascimento Campos; Marcus Granato — Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Guadalupe-Campos-5/publication/368841697_Anais_do_V_Seminario_Preservacao_de_Patrimonio_Arqueologico/links/63fd5cd60cf1030a5657fe9c/Anais-do-V-Seminario-Preservacao-de-Patrimonio-Arqueologico.pdf#page=9

SILVA, Natalia. **Projeto do Parque Arqueológico do Morro da Queimada é apresentado à atual gestão**. Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 11 de maio de 2021. disponível em: <https://ouropreto.mg.gov.br/noticia/1961> Acesso: agosto 2023.

SOARES, Bruno C. Brulon, CHEINER, Tereza C. M. . **A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios ‘comuns’: um ensaio sobre a casa**. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa Anais: UFPB, 2009.

STÁVELA, Yuri Okawara. **Espacialização do Patrimônio Espeleológico da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço: Geossítios Sselecionados e Sua Importância Para a Universidade Federal de Minas Gerais Instituto de Geociências**. Belo Horizonte, 2012.

TAVARES, Joana. **Em Conceição do Mato Dentro (MG), moradores são ameaçados pela Anglo American**. Brasil de Fato, Conceição do Mato Dentro, 27 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/05/27/em-conceicao-do-mato-dentro-moradores-sao-ameacados-pela-anglo-american> Acesso: Jun 2023.

TORRES, Marina Abreu. **Histórias de água e minério: os efeitos do Projeto Minas- Rio em Água Quente, Conceição do Mato Dentro**. Belo Horizonte, nov. 2014.

VARINE, Hugues de. **O museu comunitário é herético?** 2005. Disponível em: <https://museuscomunitarios.files.wordpress.com/2014/01/o-museu-comunitc3a1rio-c3a9-heretico.pdf> Acesso: Agost. 2023.

VENÂNCIO, Larissa Gonçalves. **Ecomuseu da serra de Ouro Preto (MG): O afeto como processo museológico entre comunidade, patrimônio e território**, 2022.

VIEIRA, Larissa Pirchiner de Oliveira. **O Projeto Minas Rio e a Mineração em Conceição do Mato Dentro/MG: Uma análise a partir dos discursos, dos conflitos e da resistência**. Belo Horizonte, 2015.

APÊNDICE – Roteiro Semi Estruturado e Termo de Consentimento

Roteiro Semi Estruturado

Perguntas dirigidas a Camila Pereira Costa Pereira, residente do Morro Sebastião, estudante de museologia e líder comunitária, assim como a Vanilda Claudia Costa de Paula Alves, moradora do bairro Morro São Sebastião e também líder comunitária.

1- Como o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto contribuiu para o reconhecimento das vozes e experiências da comunidade?

2 - Como o Ecomuseu contribuiu para o estabelecimento de parcerias equitativas entre diversos atores, incluindo o governo, empresa e organizações?

3 - Como as práticas ambientais do ecomuseu da Serra tem o potencial de preservar o patrimônio cultural de forma sustentável no que tange a participação comunitárias nas políticas patrimoniais?

4 – Quais são os conflitos atualmente existentes entre a comunidade e a indústria mineradora?

5 - A formação do Ecomuseu da Serra contribuiu para a luta dos moradores em busca do reconhecimento de seus direitos?

Termo de Consentimento

Termo de consentimento Eu, _____, concordo em participar da pesquisa intitulada "Recursos Minerais, Patrimônio Cultural e as Comunidades: Uma Proposta Museológica para o Município de Conceição do Mato Dentro". O objetivo geral desta pesquisa é analisar os conflitos culturais e ambientais, bem como as estratégias planejadas e executadas pelas instituições governamentais para a preservação do patrimônio cultural de conceição do mato dentro. Além dos os debates a respeito dos direitos das comunidades e os desafios acerca das relações interculturais existentes entre as comunidades e as empresas mineradoras que se estabeleceram em territórios adjacentes, investigando a luta e os instrumentos de apoio utilizados pelos moradores na preservação e proteção do seu patrimônio cultural e ambiental. Assegurando que os dados serão estritamente empregados para finalidades acadêmicas e científicas, com a garantia de que minha identidade será preservada de forma confidencial, e qualquer divulgação dependerá unicamente da minha autorização expressa, conforme detalhado abaixo:

Assinatura

Cristileine Aparecida André de Souza

Consinto que meu nome seja utilizado na pesquisa com a devida indicação da autoria.

Assinatura

Cristileine Aparecida André de Souza